

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC
Curso de Pós-Graduação em Economia - CAEN

**O IMPACTO DAS RECEITAS NO ÍNDICE DE
DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) DOS
MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ.**

JOSÉ ALBERTO ALVES DE ALBUQUERQUE JÚNIOR

FORTALEZA – CEARÁ
2004

**JOSÉ ALBERTO ALVES DE ALBUQUERQUE
JÚNIOR**

**O IMPACTO DAS RECEITAS NO ÍNDICE DE
DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) DOS
MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ.**

**Dissertação apresentada como requisito parcial
à obtenção do grau de Mestre, no Curso de Pós-
Graduação em Economia, Área de concentração
em Economia de Empresas, da Universidade
Federal do Ceará.**

**Orientador: Prof. Dr. Flávio Ataliba Flexa
Daltro Barreto**

**FORTALEZA
2004**

**JOSÉ ALBERTO ALVES DE ALBUQUERQUE
JUNIOR**

**O IMPACTO DAS RECEITAS NO ÍNDICE DE
DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) DOS
MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ.**

**Dissertação aprovada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre no Curso de
Pós-Graduação em Economia, Área de
Concentração em Economia de Empresas, da
Universidade Federal do Ceará – CAEN.**

Aprovada em 15/04/2004

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto (Orientador)
Universidade Federal do Ceará – UFC

Prof. Dr. Ronaldo de Albuquerque e Arraes
Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Francisco Soares de Lima
Universidade Estadual do Rio Grande do Norte

Dedico esse trabalho à minha esposa Ana Selma e aos meus filhos Alberto Neto, Matheus e Ana Livia

AGRADECIMENTOS

Receber o título de Mestre em Economia com certeza é motivo de muito orgulho e alegria, pois realiza um sonho a muito acalentado e que me cria perspectivas de uma nova e bonita profissão: ser professor

Agradeço a Deus, por me permitir estudar, trabalhar e viver.

Agradeço aos meus pais, Professor Zé Alberto e Dona Carmen pelo eterno incentivo à minha vida e que sempre serviram de referencial para as minhas atitudes na vida.

Agradeço ao amigo Maceno, que desde o início da dissertação me ajudou a tabular dados e mais dados, que me possibilitaram a conclusão do trabalho.

Agradeço aos meus colegas de turma, Almeida e Hidelberto, que sempre estavam dispostos a dividir os seus conhecimentos para comigo.

Agradeço ao Ilton Soares, que se tornou meu amigo, pelo muito que me ajudou com a Teoria Econométrica.

Agradeço ao meu sobrinho Ney Fraga Filho, grande assessor na área jurídica .

Agradeço a todos os professores do CAEN, em especial aos Professores Flávio Ataliba, meu orientador, e Ronaldo Arraes, coordenador ,que sempre se mostraram disponíveis para o abrir de novas portas no conhecimento científico.

Agradeço aos funcionários do Caen, com destaques para o Bibi e o Cléber, pelo sempre “servir” com alegria.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	01
2. ÍNDICES UTILIZADOS PARA MEDIR DESENVOLVIMENTO.....	03
2.1 O ÍNDICE GINI.....	03
2.1.1 O ÍNDICE GINI NA AMÉRICA LATINA.....	04
2.1.2 O ÍNDICE GINI NO BRASIL.....	05
2.1.3 DESIGUALDADE EM ESCOLARIDADE E CONCENTRAÇÃO DE RENDA.....	09
2.2 O IDH (ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO).....	09
2.2.1 O QUE É O IDH.....	10
2.2.2 O IDH NO MUNDO.....	13
2.2.3 A TENDÊNCIA À DESAGREGAÇÃO DO IDH NO MUNDO.....	15
2.2.4 O IDH NO BRASIL.....	18
2.2.5 O IDH NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS.....	19
2.3 O CONFLITO IDH x GINI.....	25
3. O ACESSO A RECURSOS MONÉTÁRIOS NÃO DEFINE O AUMENTO DE IDH.....	26
4. O IDH NO CEARÁ.....	30
5. AS RECEITAS MUNICIPAIS.....	41
6. MODELAGEM ECONOMETRICA.....	47
6.1 METODOLOGIA.....	47
6.2 RESULTADOS DA MODELAGEM ECONOMETRICA.....	51
7. CONCLUSÕES.....	56
8. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS.....	59
ANEXOS.....	61

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo avaliar o aspecto das receitas municipais no cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Inicialmente, faz-se uma explanação sobre o índice de Gini, mostrando-se a possibilidade concreta de um país crescer economicamente sem necessariamente promover a distribuição de renda. Faz-se também uma conceituação sobre o IDH, mostrando-se a forma de cálculo e uma análise dos números de alguns países, do Brasil, com uma análise mais detalhada dos municípios do estado do Ceará. Em um estudo empírico sobre os municípios do Ceará, tendo como base as receitas municipais de 1995 a 1999, utiliza-se um modelo econométrico, com o qual conclui-se que o impacto de um choque na receita municipal é sentido com maior intensidade nos municípios que têm maior IDH e nos anos mais distantes da medição do índice, o que permite-se que a melhoria do IDH está relacionada à políticas de médio e longo prazo, a fim de que haja um prazo de maturação para obtenção de resultados, devendo ser essa uma das grandes preocupações dos governantes públicos.

Palavras chaves : índice de Desenvolvimento Humano, IDH, receitas municipais, modelo econométrico

ABSTRACT

The objective of this paper is to assess the aspect of the municipal revenues in calculating the Human Development Index (HDI). First, an explanation is given on the Gini Index showing the real possibility for a country to grow economically without necessarily promoting the distribution of income. A judgement is also made on the HDI, showing how to calculate it as well as an analysis of numbers of some countries, of Brazil, including a more detailed analysis of the municipalities in the State of Ceará. In an empirical study of Ceará's municipalities, an econometric model is used based on the 1995 to 1999 municipalities' revenues. With that model we conclude that the impact of a shock in the municipal revenue is more intensely felt in those municipalities that have a higher HDI and in the years farther away from the index measuring. Hence, we can say that the improvement in the HDI is related to medium and long-term policies so that there is a maturation period to obtain results and this should be a concern of the public rulers.

Key words : Human Development Index, HDI, municipal revenues, econometric model

Albuquerque Junior, José Alberto Alves de

O impacto das receitas municipais no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios do estado do Ceará/ José Alberto Alves de Albuquerque Junior. Fortaleza, 2004.

72f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará – CAEN. Curso de Mestrado em Economia de Empresas.

1. Índice de Desenvolvimento Humano 2. Receitas municipais 3. Modelo econométrico I. Título

CDD 338.0

1. INTRODUÇÃO

Desde os mais remotos tempos, existe uma permanente necessidade das sociedades em aumentarem o seu desenvolvimento. A própria evolução da Economia confirma essa necessidade, na medida em que a Economia de subsistência evolui para uma Economia de escambo, em seguida cria-se a moeda como instrumento de troca para permitir que as trocas possam se dar de forma mais rápida e em maior quantidade. Na verdade, não é possível haver desenvolvimento sem a troca e o compartilhamento.

Por vários fatores, que vão desde as condições naturais, condições econômicas, passando pela cultura da sociedade, assiste-se à evolução de nações que mais se desenvolveram e nações que não conseguiram se desenvolver. No momento atual, chega-se até a classificar as nações em desenvolvidas e em desenvolvimento (eufemismo em alguns casos para não classificá-las como nações pobres).

Entretanto para iniciar a discussão sobre Desenvolvimento é preciso buscar um conceito que permita elaborar premissas ou até mesmo estabelecer comparações.

Por desenvolvimento econômico, entendem-se, além das mudanças de caráter quantitativo dos níveis do produto nacional, a melhor alocação dos recursos pelos diferentes setores da economia. É preciso que exista a diminuição dos níveis de pobreza, desemprego, desigualdade e elevação das condições de saúde, nutrição, educação e moradia

Por algum tempo confundiu-se o crescimento econômico, traduzido em aumento de riqueza e quantificado através do crescimento do PIB per capita, com desenvolvimento. Com certeza o crescimento do PIB per capita é um fator positivo, desde que também esteja existindo distribuição de renda, com conseqüente aumento de qualidade de vida. O índice de Gini, que mais tarde será

relatado, mostra de forma inequívoca, que pode haver crescimento e não haver desenvolvimento, preponderando assim um aumento de concentração de renda.

O propósito desse trabalho é avaliar o impacto das Receitas Municipais no Índice de Desenvolvimento Humano, fazendo um estudo empírico do ano de 2000 dos municípios do Estado do Ceará.

No primeiro tópico, a introdução, foi feita uma breve discussão sobre o termo “desenvolvimento”, iniciando o segundo tópico com uma apresentação conceitual sobre o índice de Gini e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), passando pelo IDH no mundo, no Brasil e nos municípios brasileiros. Serão feitos também, comentários sobre o conflito IDH versus Índice de Gini. No terceiro tópico mostrar-se-á através dos resultados, se o acesso aos recursos monetários é definidor da posição no IDH.

No quarto tópico, será elaborada uma exposição mais detalhada da evolução dos municípios cearenses no IDHM, com diversas comparações, criando vários rankings, tendo como premissas os 10 maiores e os 10 menores.

No quinto tópico, far-se-á também uma pequena apresentação conceitual de Receitas Municipais, já que o objetivo do trabalho é relacionar receita com IDH. Já no sexto tópico, utilizar-se-á um modelo econométrico, para explicar a evolução/involução do IDH, tendo como variáveis explicativas as receitas municipais de 1995 a 1999. Passaremos então às conclusões no sétimo tópico.

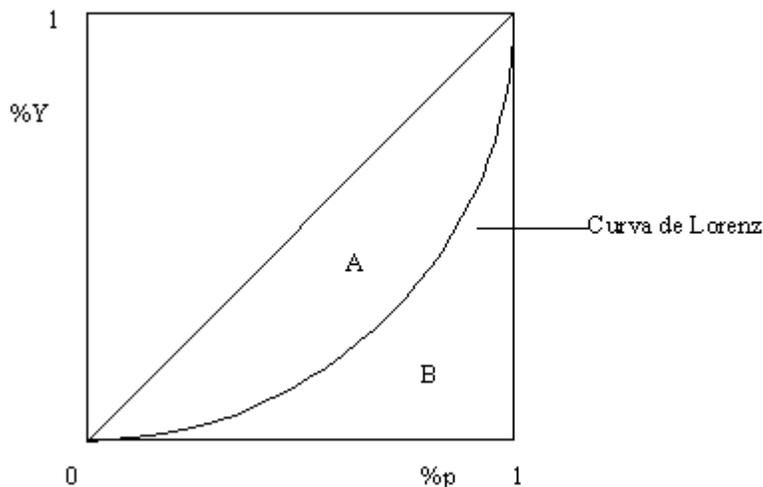
2. Os índices utilizados para medir “Desenvolvimento”

Como já relatamos acima, existe um permanente desejo pela criação de um índice que melhor afira o desenvolvimento de uma Sociedade. Será feita agora uma abordagem sobre o índice de Gini e o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), que são índices já largamente conhecidos, utilizados por várias instituições mundiais e que têm servido para referenciar desenvolvimento.

2.1 O ÍNDICE GINI

O índice de GINI é um indicador de concentração e pode ser utilizado, entre outras aplicações, para a medição do grau de concentração de renda de um determinado país. O referido índice está confinado ao intervalo 0-1, que são dois extremos teóricos onde zero (0) demonstra a situação de perfeita distribuição, em que os habitantes de uma localidade teriam a mesma renda e um (1) a situação de máxima concentração.

O índice de Gini pode ser definido graficamente como o quociente da área entre a curva de Lorenz da distribuição analisada e a linha de perfeita igualdade – área de concentração – pela área sob a linha de perfeita igualdade. Como pode ser constatado a partir da figura a seguir, quanto menor a área entre a curva de Lorenz a reta de equidistribuição (com inclinação de 45 graus) menor será a concentração.



2.1.1 O ÍNDICE GINI NA AMÉRICA LATINA

A América Latina é a região mais desigual do mundo, segundo o relatório "Desigualdade na América Latina e Caribe", divulgado pelo Banco Mundial (2003), e precisa de mudanças profundas em suas instituições para tentar amenizar o problema, em especial para populações negras e indígenas. O Relatório indica que o Brasil avançou na década de 90, mas permanece com os índices mais altos de concentração de renda. A maior mudança foi da Argentina, que só piorou nos últimos 20 anos e agora está perto do nível de desigualdade brasileiro.

Na média, a desigualdade subiu na América Latina nesse período, com a piora em países que tinham uma distribuição melhor de renda (Argentina, Venezuela, Uruguai).

"A América Latina tem grande concentração de renda, mas a desigualdade também é clara no acesso a serviços de educação, saúde, água e eletricidade, além de grandes disparidades em oportunidades e representação política. Essa desigualdade reduz o ritmo de redução da pobreza e mina o processo de desenvolvimento", diz o vice-presidente do BIRD para a América Latina, David de Ferranti.

Os 10% mais ricos da América Latina detêm 48% da renda total, e os 10% mais pobres, só 1,6%. Segundo o BIRD, entre as décadas de 70 e 90, o índice Gini da América Latina ficou 10 pontos acima do da Ásia, 17,5 pontos acima dos países ricos e 20,4 pontos acima dos países da Europa Oriental. O Uruguai, país com menor desigualdade na região, tem uma distribuição de renda pior do que o país mais desigual da Europa Oriental.

O aumento mais dramático de desigualdade ocorreu na Argentina. O índice Gini para a região da grande Buenos Aires quase dobrou, de 34,5 em 1974 para 53,8 no ano 2000. O Chile também aumentou a desigualdade social até a década de 80.

2.1.2 O INDICE GINI NO BRASIL

O Brasil com uma das sociedades mais concentradoras de renda do mundo, em 2001 tinha índice GINI de 0,591, aumentando para 0,607 em 2002, isto é, aumentou sua concentração de renda.

Pelo coeficiente de Gini o povo brasileiro é pobre, mesmo sendo o Brasil um país rico. O coeficiente é usado na maior parte das vezes para medir a desigualdade da renda, mas pode também ser usado para medir a desigualdade da riqueza. Assim, para explicar essa desigualdade basta enxergar a grande concentração de renda no Brasil. “Segundo a ONU, os países com melhor distribuição de renda, como Hungria, Suécia, Finlândia e Japão, têm o índice Gini perto de 0,25. Os EUA e China estão perto de 0,40. Hoje o país com maior concentração de renda é a Namíbia, com índice Gini de 0,70”. O Brasil, em 1960, tinha um Gini de 0,497 – um pouco melhor que os índices do México ou da Nigéria de hoje. Em 1970, porém, esse índice já tinha saltado para 0,565 – pior que o da Colômbia e da Guatemala – e, em 1977, às vésperas da consumação do ‘milagre’, foi para 0,625. Desde então, o índice do Brasil tem oscilado entre 0,60 e 0,64.

Segundo dados do Banco mundial(2000) a renda dos mais ricos no Brasil, era 150 vezes maior que a média dos mais pobres. Essa concentração, gerou cinco categorias de grupos sociais:

Categorias

- Miseráveis: 24 milhões
- Pobres: 30 milhões
- Quase pobres: 60 milhões
- Classe média: 50 milhões
- Ricos: 2 milhões

O resultado desses dados é que 53% de toda a riqueza brasileira é controlada por uma minoria.

“não há evidência no mundo de país em que isso ocorra. Nos Estados Unidos, ‘os Bill Gates da vida’ controlam, metade do que os mais ricos do Brasil controlam.”(Reinaldo Gonçalves, economista da UFRJ)



Fonte: Istoé-16/07/2003

Desigualdade de renda medida pelo índice de Gini aumentou em 3.654 municípios do Brasil na década de 90; em 23 Unidades da Federação índice é pior em 2000 do que era em 1991; apenas Roraima, cuja renda per capita diminuiu no período, contrariou a tendência.

Em Manari, no sertão pernambucano, a desigualdade de renda em 1991 ficava abaixo da média nacional. Seu índice de Gini era de 0,42, enquanto a média dos municípios brasileiros era de 0,53.

Nove anos depois, Manari registrou um avanço de 30% no seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), devido a avanços na dimensão educação. Mas nem tudo saiu bem: a renda per capita do município diminuiu em quase um terço, de R\$ 44,82 para R\$ 30,43. Pior do que isso, a perda se manifestou de maneira desigual pela população, em prejuízo dos mais pobres.

Como consequência disso, o índice de Gini de Manari sofreu o maior crescimento entre todos os municípios do Brasil na década de 90: aumentou 71,4% e foi de 0,42 para 0,72, superando em muito a média das cidades brasileiras, que cresceu de 0,53 para 0,56.

O caso de Manari é o extremo de uma tendência que atingiu dois terços dos municípios brasileiros da década de 90. Em 3.654 deles o índice de Gini cresceu, indicando que o *grau* de desigualdade na distribuição da renda tornou-se ainda maior. Em 370 (6,7%) a desigualdade permaneceu inalterada, e em 1.483 (27%) a desigualdade diminuiu.

A diminuição da renda per capita do município não serve de explicação para o aumento da desigualdade. Um caso do outro extremo: Arco-íris, no Estado de São Paulo, teve uma redução de 30% no seu índice de Gini na década passada. Ele caiu de 0,67 para 0,47. Nesse período, a renda per capita de seus habitantes também diminuiu, de R\$ 157,89 para R\$ 106,67. A diferença em relação a Manari é que os mais ricos perderam mais do que os mais pobres.

Do mesmo modo, Jutaí (AM) tornou-se a cidade com maior desigualdade de renda no Brasil depois que a renda per capita de seus moradores caiu de R\$ 74,41 em 1991 para R\$ 60,79 em 2000. Seu índice de Gini cresceu de 0,55 para 0,82. Com tendência oposta, Barra do Choça, na Bahia, passou a dividir com a gaúcha Santa Maria do Herval o título de município mais equânime na distribuição de renda no Brasil. Seu índice de Gini caiu de 0,51 para 0,36 entre 1991 e 2000 a despeito de a renda per capita ter aumentado de R\$ 67,94 para R\$ 71,75.

Porém, o fenômeno mais comum no Brasil ao longo da década de 90 foi a concentração de renda. Em 23 Unidades da Federação o índice de Gini aumentou(aumento de concentração de renda). As únicas exceções foram Roraima, onde ele caiu de 0,65 para 0,62, e Rondônia, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, onde a medida de desigualdade de renda manteve-se estável.

O estado mais desigual do Brasil passou a ser Alagoas, cujo índice de Gini aumentou de 0,63 para 0,69 fazendo o estado subir 10 posições nesse ranking. Santa Catarina continua sendo o estado menos desigual, embora tenha tido uma pequena elevação no índice de Gini de 0,55 para 0,56.

No Nordeste está o estado com o maior índice de desigualdade social em relação à distribuição de renda mensal, índice de Gini. É a Paraíba com taxa de 0,644. Entre as regiões, o Nordeste é a que registra as maiores desigualdades, com índice 0,587, enquanto que o indicador nacional é de 0,567.

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Índice de Gini
Brasil	0,567
Nordeste	0,587
Maranhão	0,592
Piauí	0,609
Ceará	0,598
Rio Gde. do Norte	0,572
Paraíba	0,644
Pernambuco	0,586
Alagoas	0,529
Sergipe	0,589
Bahia	0,558

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 1999.

2.1.3 DESIGUALDADE EM ESCOLARIDADE E CONCENTRAÇÃO DE RENDA

Um dos principais fatores para a existência de desigualdade na distribuição de renda brasileira é o grande desnível educacional existente entre os vários grupos sociais (ou classes sociais), um ano a mais na escola implica em valorização salarial elevada para o indivíduo, este fator aliado a escassez de mão de obra qualificada é um grande determinante para a concentração de renda no Brasil.

Segundo Barros e Mendonça (1994), um ano de escolaridade a mais para um brasileiro aumenta em 0,35% a taxa de crescimento da renda per capita do Brasil.

A desigualdade salarial é outro fator que explicita essa relação entre distribuição de renda e escolaridade, o nível de desigualdade salarial brasileiro é 72% maior do que nos Estados Unidos; quando se considera os trabalhadores de mesmo nível de escolaridade esse número é 500% maior no Brasil em relação aos EUA.

2.2 O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano)

“Depois de muitos anos medindo o progresso do desenvolvimento mediante a utilização de indicadores macroeconômicos, particularmente o Produto Nacional Bruto(PNB), a comunidade internacional está centrando sua atenção na busca de novos parâmetros que contribuam na avaliação da qualidade de vida da população mundial, com maior precisão” (Miguell,1997, p 11)

Através desta citação observa-se a tendência mundial de avaliação do desenvolvimento dos países. Hoje já não são considerados apenas aspectos econômicos, como indicadores de desenvolvimento humano.

O Índice de Desenvolvimento Humano, IDH, é calculado pela Organização das Nações Unidas (ONU), desde 1975 e foi criado, originalmente para medir o nível de desenvolvimento humano dos países a partir de indicadores de educação, longevidade e renda.

Hoje, proporciona uma nova forma de posicionar os países, sob o aspecto do desenvolvimento humano e não apenas pela medida de riqueza do país, e por essa razão está sendo cada vez mais utilizado para monitorar o progresso dos países e da Sociedades mundial.

Assim, é considerado um ranking do progresso social e divulgado anualmente junto ao Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH).

2.2.1 O que é o IDH

O índice foi criado em 1990, tendo sido posteriormente calculado retroativamente a 1975, pelos economistas Mahbub ul Haq e Amartya Sen, laureado com um Prêmio Nobel. Tem sido divulgado anualmente pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas.

Mede o nível de desenvolvimento humano dos países utilizando como critérios três grandes indicadores, que são : educação, longevidade e renda, os quais serão detalhados abaixo:

- Educação

IDH-E: considera dois indicadores; taxa de alfabetização e taxa bruta de matriculados. A taxa de alfabetização mede o percentual de pessoas adultas alfabetizadas, enquanto que a taxa de matriculados é resultado do somatório de

peçoas que freqüentam os cursos fundamental, secundário e superior (independentemente), dividido pela população na faixa etária de 7 a 22 anos da localidade estudada.

- Longevidade

IDH-L: para a avaliação deste aspecto, considera-se a esperança de vida ao nascer. Ele indica o número médio de anos que uma pessoa nascida em certa localidade, em um ano base, deve viver. O indicador de longevidade é afetado diretamente pelas condições de saúde e salubridade daquele local, uma vez que, quanto mais mortes houver, nas faixas etárias mais precoces, menor a expectativa de vida observada no lugar.

- Renda

IDH-R: o critério usado para a avaliação deste aspecto é a renda per capita ou seja, a renda média de cada habitante. Para se chegar a esse valor soma-se a renda de todos os residentes e divide-se o resultado pelo número de pessoas que moram no lugar (inclusive crianças ou pessoas com renda igual a zero)

Para o cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), inicialmente são fixados os valores máximos e mínimos para cada indicador:

Indicador	Valor Mínimo	Valor Máximo
Expectativa de vida ao nascer	25 anos	85 anos
Taxa de alfabetização de adultos	0%	100%
Taxa de matrícula	0%	100%
PIB per capita(PPP\$)	\$100(PPC\$)	\$40.000(PPC\$)

Observação : 1\$PPC(poder da paridade de compra) tem o mesmo poder de compra de 1 dólar nos EUA.

Ao se ter os valores máximos e mínimos utiliza-se a fórmula geral abaixo para o cálculo do índice:

$$\text{ÍNDICE} = \frac{VR - Vm}{VM - Vm} \text{ onde,}$$

VR = Valor real
VM = Valor máximo
Vm = Valor mínimo

Para o cálculo do IDH-L, a fórmula geral é utilizada sem nenhuma modificação. No cálculo do IDH-E utiliza-se a média ponderada dos dois indicadores, já citados na explicação conceitual do índice, calculados pela fórmula acima, onde a taxa de alfabetização de adultos tem peso de 2 / 3 (dois terços) enquanto a taxa de matrícula tem peso de 1 / 3 (um terço). Já no cálculo do IDH-R os valores são logaritmizados, utilizando-se também a fórmula geral, conforme abaixo:

$$\text{ÍNDICE} = \frac{\log(VR) - \log(Vm)}{\log(VM) - \log(Vm)}$$

Finalmente, o valor do IDH é obtido a partir da média aritmética dos três indicadores:

$$\text{IDH} = \frac{\text{IDH} - \text{L} + \text{IDH} - \text{R} + \text{IDH} - \text{E}}{3}$$

O índice varia de zero (0) a Hum (1), onde zero representa nenhum desenvolvimento humano e Hum, representa desenvolvimento humano total (completo).

De acordo com o IDH, os países classificam-se em baixo desenvolvimento (IDH até 0,499); médio desenvolvimento (IDH entre 0,500 e 0,799) e alto desenvolvimento (IDH acima de 0,800).

Apesar de os países ricos apresentarem os maiores números no PIB per capita, a pesquisa enfatizou que a renda per capita não era capaz de, sozinha, melhorar a vida de pessoas comuns, já que a existência de uma renda per capita alta poderia estar fortemente influenciada por uma excessiva concentração de

renda, fato claramente percebido no Brasil e que trataremos mais a frente ao nos debruçarmos em uma análise sobre o índice de Gini.

Mesmo o IDH medindo dimensões diferentes de outros indicadores (que consideram apenas o aspecto econômico), buscando a quantificação dos ganhos em qualidade de vida gerados pelas Economias, o mesmo não representa bem-estar da sociedade nacional, já que estes ganhos dependem fundamentalmente das de decisões políticas.

Na verdade, o IDH é uma medida de “poder”, pois os indicadores por ele medidos, representam condições de uma população ter acesso a diversas oportunidades. A educação por exemplo, define a maior possibilidade de uma pessoa ascender na sociedade.

2.2.2 O IDH NO MUNDO

O grande mérito do IDH está em medir os ganhos em qualidade de vida gerados pelas economias.

Depreende-se claramente dos relatórios que a saúde econômica dos países não significa necessariamente, bem estar para suas populações. Também fica claro que ganhos em desenvolvimento humano dependem muito de decisões políticas.

O desenvolvimento econômico é indispensável, mas este isoladamente, não é suficiente, exemplos disso são os chamados países do G-8, as nações mais desenvolvidas, economicamente, do mundo, mas que não são exatamente os melhores em desenvolvimento humano.

Ao analisar a classificação com base no IDH dos países do grupo G8 logo mostradas, pode-se concluir que o Bem Estar é algo maior a ser buscado:

- Estados Unidos (7º lugar), Japão (9º), Alemanha (18º), Reino Unido (13º), França (17º), Itália (21º), Canadá (8º) e Rússia (63º).

A China , apesar do crescimento capitalista (econômico), por mais de uma década, ocupa apenas o 104º lugar entre os 175 países avaliados.

Mas o que de mais revelador o Relatório 2003 de desenvolvimento humano contém é um cabal desmentido das benesses da globalização.

Segundo o Pnud, 21 países que estavam no auge de suas políticas neoliberais, na década de 1990, diminuíram o seu índice de desenvolvimento.

Combinando indicadores de renda, educação e saúde, o IDH é afetado pelo diferencial de velocidade com que os países aprimoram o desempenho em cada um deles.

Por exemplo, no intervalo de 1970-75 a 1995-2000, os Estados Unidos aumentaram em 7,6% a expectativa de vida da sua população e, o Brasil, em 20%. Em matéria de renda, contudo, EUA e Brasil empataram em crescimento médio anual de 1,2%. Acrescentando-se o fato de que os Estados Unidos registram zero de analfabetismo, o desconto do Brasil de 10%, praticamente se anula na composição do índice.

Continuam ambos nas respectivas posições de ordem na escala desenvolvimento humano. O Peru revela um caso ainda pior, tendo melhorado em 24% a expectativa de vida da nação, mas com crescimento negativo, permaneceu na posição 80.

O que determina a renda não é o que determina a saúde, ou a educação, nem o impacto retroativo da educação sobre renda e saúde é suficiente para, em curto prazo, alterar espetacularmente a posição de qualquer país na escala do IDH.

O IDH, é assim, um excelente ponto de referência, mas ineficaz como critério de escolha pública.

Fazendo-se uma comparação entre as performances de países nos anos 90 (países com mais de 50 milhões de habitantes) pode-se perceber claramente que a renda não é algo primordial para a ascensão desses países, no ranking do IDH. Nesse bloco a China é o país que obteve melhor performance com a elevação de 14 posições, seguida pela Tailândia com 10 posições; os Estados Unidos com maior renda per capita, conseguiram elevar-se em apenas 4 posições, perdendo para países com renda muito inferior, com Índia (6 posições) e México (5 posições).

Outro fato que chama a atenção é o declínio de países de "1º mundo" como França (-4 posições), Alemanha (-2 posições) e Itália (-3 posições).

2.2.3 A TENDÊNCIA À DESAGREGAÇÃO DO IDH NO MUNDO

A partir de 1990, o Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNUD) passou a editar os relatórios do IDH seguido pela introdução dos seguintes índices: Índice da Pobreza Humana (IPH), Índice do Desenvolvimento Relacionado com o Gênero (IDG) e a medida de poder de acordo com o gênero (GEM).

O IPH tem sua atenção voltada para a pobreza e privações da população.

O IDG capta as desigualdades entre homens e mulheres. O GEM revela até que ponto as mulheres têm um papel ativo na vida política e econômica de um país.

Mostrando desta forma uma tendência à desagregação no índice, passando a medir o desenvolvimento não apenas na sociedade como um todo, mas entre os diferentes dentro da mesma sociedade.

Um exemplo desta desagregação foi feita em 1993, nos Estados Unidos, onde o PNUD publicou no Relatório sobre desenvolvimento humano as disparidades entre os IDHs das populações negra, branca e hispânica (dentro do país). Em uma simulação, os brancos americanos ocupariam o 1º lugar, os negros o 31º lugar e os hispânicos estariam em 35º lugar.

No Brasil a situação é semelhante. O IDH divulgado pelo Observatório Afro-Brasileiro demonstra a discrepância entre brancos e negros, pois enquanto o Brasil alcança no ranking das Nações Unidas a 65ª colocação entre 175 países, a amostragem por raça constata que o IDH dos(as) afro-descendentes encontra-se na 107ª posição e o dos(as) brancos(as) na 46ª.

Esses resultados leva-nos a crer que existe não apenas um país, mas, diferentes países, separados não apenas por dados estáticos, mas pela existência de um abismo social e racial resultado de políticas históricas.

Isso leva-nos à conclusão da necessidade de se tomar medidas efetivas como a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial e a promoção de ações que apontem na direção de um único Brasil, isto é um país mais igualitário.

O IDH medido entre os vários grupos também leva em conta os indicadores de educação, renda e longevidade. De acordo com o Relatório Pnud de 2001, a taxa bruta de escolaridade entre negros(as) foi de 84% e de 89% entre brancos(as). Quanto à taxa de alfabetização entre pessoas maiores de 15 anos, a

população branca atinge índice de 92,3%, enquanto o contingente negro fica em 81,8%.

Falando-se em rendimento médio familiar per capita, uma diferença de 196% nos ganhos separa os dois grupos. O Brasil negro recebe cerca de 1,15 salários mínimos. O branco tem proventos maiores, ainda que não resultem exatamente numa régua remuneração: 2,64 salários mínimos. O indicador da esperança de vida ao nascer também revela desigualdade, apontando 72 anos para os(as) brancos e 66 para os(as) negros(as).

A comparação dos dados do IDH de negros(as) e brancos(as) no Brasil, e destes em relação a outros países pesquisados pelo Pnud, resulta em comparações geográficas confirmadoras das desigualdades. Os indicadores da população negra, por exemplo, situam-se entre os exibidos por El Salvador e China. O IDH dos brancos, por sua vez, se equipara ao do Kuwait.

Quando os indicadores são comparados por regiões brasileiras, a distância torna-se ainda mais evidente. O IDH mais satisfatório registrado pela população negra é o do Centro-Oeste, colocando-a numa 82ª colocação, equivalente a de Jamaica e Suriname. O contingente negro da região Nordeste revelou os piores índices: 107ª posição, a mesma da Argélia. A população branca da região Sudeste aparece na 36ª posição, semelhante às ilhas Seychelles, no Oceano Índico. O mesmo grupo étnico, desta vez na região Nordeste, cai para a 93ª no ranking do Pnud, entre Granada e Guiana.

A pobreza perpassa grande parte da população brasileira e quando faz-se a comparação por raças (ainda que sem desdobramento por gênero) fica evidente o segmento mais atingido. Para Paixão, as comparações produzidas pelo Observatório Afro-Brasileiro devem incidir diretamente sobre a situação do país. "O objetivo é fazer com que a sociedade não seja apenas espectadora dos resultados do IDH, mas que seja uma atriz participante num processo de mudança."

O pesquisador detecta a desigualdade racial não apenas no Brasil, mas na América Latina como um todo. "Se considerarmos a história da América Latina, vamos perceber que ela se fundou a partir de uma elite que escravizou negros e subordinou indígenas. No Brasil, estamos espelhando a crise de um continente." De acordo com Paixão, o IDH da população negra explicita os obstáculos a serem derrubados e sinaliza que os *brasis* precisam se encontrar.

2.2.4 O IDH NO BRASIL

No Brasil o IDH é realizado, no Brasil, em conjunto entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (IPEA) e a fundação João Pinheiro, de Minas Gerais.

Apesar de não obter grande crescimento econômico, o Brasil vem melhorando o seu IDH a cada ano, de acordo com a ONU, foi o país que mais subiu no ranking do IDH desde 1975 (ano da primeira medição).

No ranking divulgado em 2003 com 175 países, o Brasil ocupa a 65^a posição. Os itens que mais contribuíram para esse avanço, foram a educação e a longevidade. A educação foi responsável por 60,78% do aumento do IDH no Brasil entre 1991 e 2000.

A expectativa de vida subiu de 59,5 anos para 67,8, em média, elevando em 8 anos a taxa de longevidade. Ainda segundo o relatório da ONU a taxa de matrícula no ensino fundamental (entre 1991 e 2001) aumentou de 86% para 97% e a de alfabetização de adultos se elevou de 82% para 87,3%.

Apesar desses avanços a distribuição de renda brasileira não aumentou, sendo um dos países com mais desigualdades do mundo, além disso a pobreza não foi controlada, o que deixa o país em posições desvantajosas.



Segundo pesquisa do PNUD, publicada em 2000 o Brasil possui uma elevadíssima concentração de renda e esta é causa primordial da pobreza. Embora tenha havido uma queda de 21%(1994) para 15%(1997) a proporção de pobres é quase tão grande quanto era no final da década de 70.

2.2.5 O IDH NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

O IDH também é utilizado para medir o nível de desenvolvimento nos municípios, as dimensões para o calculo são as mesmas: educação, longevidade e renda, mas esses indicadores são um pouco diferentes, adequados para avaliar núcleos sociais menores.

- Educação (IDH-E) - são considerados dois indicadores com pesos diferentes:

- Taxa de alfabetização de pessoas acima de 15 anos de idade, com peso dois referindo-se ao percentual de pessoas capazes de ler e escrever um bilhete simples (adultos alfabetizados)

- Taxa bruta de freqüência à escola, indicador com peso um, resulta do somatório de pessoas, independente da idade, que freqüentam os curso fundamental, secundário e superior, dividido pela população na faixa de 7 a 22 anos de certa localidade.

A taxa de matrícula é um indicador suficiente, quando utilizado para medir o acesso à educação em grandes sociedades (países, por exemplo), mas perde sua precisão quando estudados núcleos sociais menores (municípios), pois desconsidera aqueles estudantes que estudam em uma cidade e moram em outra, por isso é preferível a utilização do indicador de frequência à sala de aula (baseado em dados censitários).

- Longevidade (IDH-L)- o IDM-M e o IDH nacional utilizam o mesmo indicador: a esperança de vida ao nascer. Esse indicador mostra a média de anos que a população daquela localidade estudada, no ano de referencia (2000- ultimo relatório IDH-M) deve viver, considerando as condições de mortalidade constantes.

Esse indicador serve, também como uma boa maneira de se avaliar as condições sociais, já que considera as taxas de mortalidade das várias, podendo desta maneira mostrar como estão as condições de saúde e de salubridade.

- Renda (IDH-R)- para o cálculo desse índice, nos países e nos estados, o PNUD utiliza o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, resultado da divisão do PIB (valor agregado na produção de todos os bens e serviços durante um ano, em um país) pela população do país, é um indicador bastante eficaz para as grandes populações, mas torna-se inadequado quando trata-se de pequenos núcleos sociais (municípios) então, utiliza-se a renda municipal per capita (valores são extraídos do questionário do Censo) somando-se a qualquer renda obtida pelos moradores do município(salários, pensões, aposentadorias e transferências governamentais). Esse somatório é dividido pelo número total de habitantes do município.

Já conhecida a renda municipal per capita é necessário transformá-la em um índice, para isso é preciso primeiro converter-se os valores anuais máximo e mínimo expressos em dólar PPC (Paridade do Poder de Compra), adotados nos relatórios do PNUD, em valores mensais expressos em reais.

Após esse cálculo, serão calculados os logaritmos da renda média municipal per capita e dos limites máximo e mínimo de referência.

Entre os municípios brasileiros a dimensão que mais contribuiu para o aumento do IDH-M foi a educação, responsável por 60,78%, seguida pela renda com 25,78% e a longevidade com 13,44% .

Das 494 cidades brasileiras com população entre 50 mil e 500 mil habitantes (cidades de médio porte), as 25 que mais avançaram em desenvolvimento humano na década de 90 são do Nordeste. Euclides da Cunha, no sertão baiano, foi a cidade brasileira de médio porte que mais evoluiu em termos de desenvolvimento humano entre 1991 e 2000. Seu índice pulou de 0,453 para 0,596, um crescimento de 31,6% em nove anos. O grande motor dessa evolução foi a educação. Houve uma mudança notável no analfabetismo que, embora ainda alto, caiu de 56% para 37%. E tudo indica que essa tendência vai continuar, pois a taxa bruta de freqüência à escola saltou de 38% para 83%.

A que mais se destacou nesse aspecto foi outra cidade baiana Monte Santo, vizinha a Euclides da Cunha, onde a taxa bruta de freqüência à escola foi multiplicada por três e o grau de alfabetização de seus habitantes cresceu quase 50%. Mesmo assim, a maioria de seus indicadores continua abaixo da média nacional. O grande problema continua sendo a pobreza: a renda per capita é de apenas R\$ 47,00 e não cresceu na década de 90. Por essa razão Monte Santo continua com o menor índice de desenvolvimento humano entre as cidades médias brasileiras.

Menores cidades têm maiores avanços no IDH-M

As cidades com menos de 50 mil habitantes, onde moram 36% dos brasileiros, têm crescimento médio de 15,9% no seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal na década de 90, avanço superior aos dos municípios mais populosos. Um exemplo é São Félix do Tocantins ,recordista, com avanço de 67,4%.

As 159 cidades que tiveram os maiores ganhos proporcionais de desenvolvimento humano no país entre 1991 e 2000 têm menos de 50 mil habitantes. O crescimento médio das cidades entre 50 mil e 500 mil habitantes foi de 11,2%, enquanto o de cidades com entre 500 mil e 1 milhão habitantes foi de 6,7%. Já o crescimento do desenvolvimento humano em cidades com mais de 1 milhão de habitantes foi de 6,1%.

O IDH-M médio das cidades com menos de 50 mil moradores cresceu de 0,603 para 0,693. Com isso, ele se aproximou dos índices das cidades maiores. O IDH-M das cidades médias é de 0,759, enquanto o das grandes cidades com menos de 500 mil habitantes é de 0,800, e o das maiores metrópoles brasileiras é de 0,822. O desenvolvimento humano mais rápido das cidades com menos de 50 mil habitantes é especialmente importante porque elas abrigam 62,2 milhões de pessoas, ou 36% da população do país.

Entre os estados, o levantamento sobre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) mostra que Alagoas registrou o maior crescimento neste quesito, nos anos 90, entre as 27 unidades da Federação. Mesmo assim, permanece como penúltimo do ranking.

Seis Estados nordestinos, com Alagoas à frente, conseguiram os maiores avanços proporcionais no IDH-M ao longo da década, crescendo acima da média nacional, de 10,1%. O estudo indica que o desenvolvimento deles está relacionado a uma rápida evolução dos indicadores de educação. Mas, assim

como Alagoas, eles também ocupam as mais baixas colocações no ranking do IDH-M.

Os nordestinos também lideraram os avanços nos três subíndices que compõem o IDH-M. O Piauí aumentou seu índice de renda em 12,7%, o Rio Grande do Norte viu seu índice de longevidade aumentar 18,4% e Alagoas se beneficiou de uma elevação de 31,4% no seu índice de educação. Foram os maiores avanços nessas dimensões. Dos 10 Estados que tiveram maiores avanços proporcionais, apenas Tocantins não fica no Nordeste.

Apesar dos avanços, o Nordeste ainda possui problemas estruturais graves. Em 2000, nenhum estado do Nordeste alcançou o IDH médio do Brasil de 1990. Entre os 5.507 municípios do Brasil, apenas 571 felizardos conseguiram se enquadrar no padrão de alto IDH (0,8 para cima). Podemos observar que 56% dessas cidades estão encravadas nos três estados da Região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). O Nordeste entra com apenas duas cidades nessa lista. São elas: Salvador (BA) e a ilha de Fernando de Noronha (PE). Fortaleza, a primeira do ranking do Ceará, está apenas na 927ª posição entre os municípios brasileiros.

Por outro lado, São Paulo viu seu IDH-M crescer apenas 5,4% na década (a menor taxa entre os Estados) e caiu da segunda para a terceira colocação no ranking. Foi superado por Santa Catarina, cujo índice de desenvolvimento humano aumentou 9,9% e pulou do quinto para o segundo lugar. O Estado que mais posições conquistou na classificação do IDH-M foi o Mato Grosso, que registrou avanço de 12,8% e passou da décima terceira para a nona colocação.

O Acre também oscilou quatro posições, mas negativamente. Seu IDH-M cresceu 11,7%, mas isso não impediu que o Estado caísse da décima sétima para a vigésima primeira colocação e fosse ultrapassado por Ceará, Pernambuco, Tocantins e Rio Grande do Norte.

A fim de servir de eventuais consultas mostra-se abaixo o ranking dos Estados, no que concerne a desempenho de IDH:

UF	IDH-M	IDH-M	Varição no IDH-M	Ranking	Ranking	Varição no Ranking
	1991	2000	1991-2000	1991	2000	1991-2000
Distrito Federal	0,798	0,844	0,047	1	1	0
São Paulo	0,773	0,814	0,041	2	2	0
Rio Grande do Sul	0,757	0,809	0,052	3	3	0
Santa Catarina	0,740	0,806	0,066	5	4	1
Rio de Janeiro	0,750	0,802	0,052	4	5	-1
Paraná	0,719	0,786	0,067	6	6	0
Goiás	0,707	0,770	0,062	9	7	2
Mato Grosso do Sul	0,712	0,769	0,057	7	8	-1
Mato Grosso	0,696	0,767	0,071	12	9	3
Espírito Santo	0,698	0,767	0,068	10	10	0
Minas Gerais	0,698	0,766	0,068	11	11	0
Amapá	0,691	0,751	0,061	13	12	1
Roraima	0,710	0,749	0,039	8	13	-5
Rondônia	0,655	0,729	0,074	16	14	2
Tocantins	0,635	0,721	0,086	17	15	2
Pará	0,663	0,720	0,057	15	16	-1
Amazonas	0,668	0,717	0,049	14	17	-3
Rio Grande do Norte	0,618	0,702	0,084	19	18	1
Ceará	0,597	0,699	0,102	23	19	4
Bahia	0,601	0,693	0,092	22	20	2
Acre	0,620	0,692	0,072	18	21	-3
Pernambuco	0,614	0,692	0,077	20	22	-2
Sergipe	0,607	0,687	0,080	21	23	-2
Paraíba	0,584	0,678	0,094	25	24	1
Piauí	0,587	0,673	0,086	24	25	-1
Maranhão	0,551	0,647	0,096	26	26	0
Alagoas	0,535	0,633	0,098	27	27	0

2.3 O CONFLITO IDH x GINI

A miséria no mundo aumentou, isso se deve à acentuada desigualdade e concentração de renda gerada pelo capitalismo mundial. Estima-se que hoje um em cada cinco habitantes da Terra, ou 1,3 bilhão de pessoas, sobreviva com cerca de 1 dólar por dia. Um estudo recente do Observatório da Cidadania mostrou que 358 super milionários detêm a mesma riqueza que os 46% da população mundial mais pobre, ou seja cerca de 2,4 bilhões de pessoas. Índices como o utilizado para o "ranking" do IDH da ONU não mostram essa extrema concentração da renda. O IDH baseia seu cálculo no PNB *per capita* (total da riqueza produzida pelo país em um ano). Como o Brasil é uma das maiores economias do mundo, seu PNB é importante. O PNB *per capita* por sua vez é calculado pela divisão desse montante pelo número de habitantes do país. Ou seja, a ONU parece acreditar que se possa simplesmente dividir toda a riqueza gerada em um país pelo número de habitantes para se ter a média de riqueza de cada um. Acontece que o Brasil é o país que mais apresenta concentração de renda no mundo. Um país em que a enorme maioria da riqueza se concentra nas mãos de uma minúscula parcela da população. Em 1995, segundo o IBGE, os 10% brasileiros mais ricos detinham 49,8 % da riqueza produzida no país! Como, então, pode-se considerar o PNB *per capita* como um índice confiável para medição de nossa situação social?

O PNB *per capita* indica que a renda média dos brasileiros é de cerca de 2000 dólares por ano, na verdade o Brasil tem, segundo a ONU, 27,8 % de sua população, cerca de 45 milhões de pessoas, abaixo da chamada "linha da pobreza", ou seja vivendo com 1 dólar por dia, assim segundo o IDH, uma pessoa que ganha 1,5 dólar por dia é considerado com renda acima da linha de pobreza. Alguns ainda argumentam que os critérios brasileiros de medição apontam que "apenas" 32 milhões estão nessas condições. Cabe ainda lembrar que o índice de Gini, que mede a concentração da renda variou entre 1985 e 1995 de 0,59 para 0,60. Em dez anos, portanto, a distribuição de renda do país, a mais desigual do mundo, piorou.

3. O ACESSO A RECURSOS MONÉTÁRIOS NÃO DEFINE O AUMENTO DE IDH

Será visto nesse tópico, que o acesso a recursos monetários não é o único fator que pode gerar incremento no IDH. Tomando inicialmente como exemplo o estado de Alagoas que teve a maior melhora no IDH-M de 1991 a 2000, passando de 0,535 para 0,633; uma melhora de 18,3%, mas que não significa dizer que este estado tenha recebido mais recursos monetários que os outros estados. Segundo o ranking divulgado pelo Novo Atlas do Desenvolvimento Humano (2000), o estado está em 15º lugar em relação a renda (acesso a recursos monetários). Estados como Piauí e Paraíba que obtiveram recursos monetários maiores (1º e 2º lugares respectivamente) tiveram desenvolvimento humano menor. O Piauí foi o estado que conseguiu maior crescimento de renda durante esse período passando de 0,518 para 0,584, uma melhora de 12,6%(IDH-R), no entanto, o seu IDH melhorou em apenas 14,7%, ficando na 6º posição em relação aos outros estados.

O estado do Amazonas, apesar de ter tido crescimento negativo (diminuição) de renda passando de 0,638 (1991) para 0,634(2000) obteve crescimento no índice maior que estados com Rio de Janeiro e São Paulo, aumentando 7,3% no período (de 0,688 para 0,717).

Outros exemplos brasileiros demonstram que a renda não é o principal determinante para o desenvolvimento humano. De acordo com o Novo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2000), São José da Taboara, classificado como o mais baixo IDH-M do Brasil, em 1991, conseguiu realizar grandes mudanças através da mobilização da comunidade e do poder público; com esse esforço em conjunto o município conseguiu ter 36º melhor desempenho entre os 5507 municípios brasileiros, resultado este que foi alcançado com a melhora em todas as dimensões de medição do IDH: a frequência escolar passou de 32% para 83%, a taxa de alfabetização de pessoas adultas (com mais de 15 anos) cresceu de 30 para 50%; o ganho na longevidade, também foi grande, passando de 51

anos para 59 anos em média; a taxa de mortalidade infantil caiu de 114 óbitos (em cada mil nascimentos, crianças vivas), em 1991, para 67,4 em 2000.

Apesar desses avanços São José da Tabera continua sendo um município muito pobre e com grandes carências. A renda per capita cresceu muito pouco, de R\$33 para R\$43,5, em média, enquanto que seu IDH aumentou de 0,366 (1991) para 0,528 (2000).

Esse exemplo mostra, portanto, que mesmo uma localidade com pobreza monetária tem a possibilidade de desenvolver-se desde que existam políticas corretas e condições sociais adequadas.

Um dado brasileiro também chama a atenção para a relação entre investimento monetário e desenvolvimento humano, segundo o PNUD (relatório de 2000), o Brasil é o país da América Latina que mais gasta em programas sociais (cerca de 5% do PIB), mas isso não confere vantagem às populações mais pobres, já que as maiores beneficiadas são as classes média e alta. Isso contribui imensamente para manter a elevada concentração de renda e alto nível de pobreza que vêm deixando o Brasil em posições desvantajosas, em relação ao resto do mundo, impedindo que este eleve o índice de desenvolvimento humano de sua população (principalmente das classes mais baixas).

Países com IDH semelhantes não dispõem necessariamente da mesma renda per capita e nem os países com renda aproximada alcançam o mesmo grau de desenvolvimento humano (IDH).

Exemplos dessa situação são Espanha e Cinga Pura, em 1997 esses dois países tinham IDH em torno de 0,890 (alto nível de desenvolvimento), mas a renda dos países divergia em cerca de 75%, enquanto a Espanha tinha acesso a US\$16 mil de renda per capita, Cinga Pura possuía US\$ 28 mil.

Sri Lanka e Costa do Marfim exemplificam o caso oposto, igualavam-se na renda per capita, aproximadamente US\$ 800, mas o IDH dos dois países diferiam em 71%, enquanto Sri Lanka tinha IDH de 0,721 (alto desenvolvimento), Costa do Marfim possuía um baixo grau de desenvolvimento (IDH de 0,422).

Confirmando, assim que a renda monetária não é o principal indicador para se fazer a comparação entre os países, não significando, assim, baixo ou alto desenvolvimento para uma localidade.

Como se sabe o IDH, além de utilizar o indicador de renda também combina indicadores de educação e saúde, é, portanto afetado pelo diferencial de velocidade com que os países aprimoram o seu desempenho em cada um deles.

Por exemplo, nos períodos 1970 a 1975 e de 1995 a 2000 os Estados Unidos aumentaram a expectativa de vida de sua população em 7,6%, enquanto que no Brasil esse aumento foi de 20%. Tratando-se de renda os dois países tiveram crescimento similares, cerca de 1,2%; em matéria de educação os Estados Unidos registraram zero de analfabetismo enquanto que o Brasil teve 10 pontos percentuais descontados durante o período (que praticamente se anularam na composição do IDH). Assim, os dois países continuam nas respectivas posições de ordem na escala de desenvolvimento humano.

A situação brasileira no indicador geral do IDH ainda está 13 posições abaixo daquela registrada no ranking de renda, o que reafirma as desigualdades sociais existentes no país. Na avaliação dos técnicos responsáveis pelo programa, essa diferença é um sinal de que o bem estar da população não corresponde na mesma proporção à renda média por habitante no Brasil.

Se dependesse apenas de sua renda per capita, o Brasil teria uma posição melhor, já que tem o 57º maior PIB dos 162 países pesquisados. Porém, ocuparia a 79ª posição no índice relativo à educação, e a 95º lugar no ranking que mede as condições de saúde. De acordo com o relatório, a grande defasagem entre a

renda média da população e o grau de desenvolvimento humano equipara o país a Botswana e Gabão.

Considerando o índice de renda, o Brasil ocupa a 60ª posição no relatório de 2002 (sobre o ano 2000), no índice educação a 83ª colocação, e no de longevidade, a 102ª posição.

Mesmo com esses índices, o Brasil tem conseguido manter-se à frente da média latino-americana no Índice de Desenvolvimento Humano desde 1980.

4. O IDH NO CEARÁ

Em função do trabalho utilizar como exemplo, o resultado do IDH-M dos municípios do Estado do Ceará no ano de 2000, será mostrado um estudo pormenorizado dos comportamentos desse municípios, mostrando ascensos e descensos, em uma comparação dos IDH-M dos anos 1991 e 2000.

Conforme já amplamente divulgado nos meios de comunicação, o Ceará foi o estado que mais elevou a sua posição no ranking do IDH, na comparação dos anos de 1991 e 2000, tendo conseguido passar da 23ª posição para a 19ª posição.

Caso se faça a comparação dos estados brasileiros, segundo o percentual de crescimento percentual, ver-se-ia o Ceará na 3ª colocação, tendo crescido 17%, ao passar de um IDH de 0,597 para 0,699, perdendo somente para os estados de Alagoas e Maranhão, que cresceram 18,3% e 17,4% respectivamente.

No quesito renda, é possível constatar que o Ceará ocupa a 8ª colocação em variação percentual, sendo o índice que foi menos alavancado, dentre os três da avaliação do IDH, tendo passado de 0,561 para 0,616, com crescimento de 9,7%. Fica portanto, bastante claro, que sem dúvida, esse é o índice que requer o maior esforço para a sua elevação.

Em educação, se observa um crescimento percentual 27,9%, bem mais elevado que a Renda, ao passar de 0,604 para 0,772 e ocupando a 4ª posição em variação no ranking. Vale salientar que foi nesse item, que todos os estados brasileiros obtiveram o seu melhor desempenho, ficando 23 estados acima da casa dos 2 dígitos, na variação percentual do número final do item.

No quesito Longevidade, o Ceará obteve a sua melhor classificação em termos de variação percentual, tendo ficado em 2º lugar, obtendo uma variação de 13%, ao passar de 0,627 para 0,709.

Abaixo mostra-se um quadro resumo das afirmações acima referente aos números do IDH-M do Estado do Ceará, no tocante às classificações:

Índice	1991	2000	Variação %	Classificação em variação %
IDH - M	0,597	0,699	17,0	3ª
IDH - R	0,561	0,616	9,7	8ª
IDH - E	0,604	0,772	27,9	4ª
IDH - L	0,627	0,709	13,0	2ª

Será feito agora uma análise, com uma série de quadros que demonstram os mais diversos acréscimos e decréscimos dos municípios em relação ao IDHM e os seus sub-índices.

Inicialmente será apresentado um quadro com a classificação dos municípios tendo como base o resultado do ano de 2000, onde serão listados os 10 primeiros e os 10 últimos. Nesse quadro ainda será mostrada a classificação do município no ano de 1991, os índices de 1991 e 2000, a variação de posições dentro do Estado e o crescimento percentual do índice.

Em seguida serão mostradas as classificações nos anos de 1991 e 2000, fazendo-se uma comparação entre os municípios no tocante à variação de posições e estabelecendo uma classificação com base nesse critério.

Tais demonstrações serão feitas para o IDHM, o IDHM-renda, o IDHM-longevidade e o IDHM-educação. Esses quadros permitem desde já, tecer muitos comentários que ficaram evidentes:

- no resultado do IDHM,(os 10 maiores) Fortaleza desponta soberana com um índice de 0,786, tendo se mantido nessa posição, tanto em 1991 como em 2000, com um crescimento percentual de 9,62, fato que não mostra nenhuma surpresa. Próximos à Fortaleza, estão os municípios já conhecidos como Maracanaú, Caucaia, Sobral, Juazeiro do Norte, surgindo aí algumas surpresas como Pacatuba, que ocupa a 4ª posição dentro do Estado e Tabuleiro do Norte ocupando a 9ª posição, estando à frente até de Juazeiro do Norte.

- em relação aos 10 menores IDHM, aparece Barroquinha em último lugar, apresentando um IDHM de apenas 0,551, tendo mantido também a última posição, tanto em 1991 como em 2000, ou seja, nenhuma evolução dentro do Estado, a despeito de ter conseguido um crescimento percentual de 36,72.

- quanto ao crescimento em posições, no IDHM, é possível ver a cidade de Mauriti crescer 73 posições, ao sair da posição de 130 para 57, dentro do estado, tendo sido o município que mais cresceu, seguido de perto por Santa Quitéria com 72 posições de crescimento. Já o município de Senador Pompeu decresceu 70 posições ao sair de 46 para 116, seguido por Quixelã e Icapuí, que decreceram 63 e 60 posições respectivamente.

4.1 A CLASSIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NO IDH-M DE 2000

OS 10 MAIORES IDH-M de 2000

Município	Classif IDH-M 1991	IDH-M 1991	Classif IDH-M 2000	IDH-M 2000	Varição de Posições IDH-M	Varição % IDH-M
Fortaleza (CE)	1	0,717	1	0,786	0	9,62
Maracanaú (CE)	2	0,633	2	0,736	0	16,27
Caucaia (CE)	5	0,611	3	0,721	2	18,00
Pacatuba (CE)	3	0,622	4	0,717	-1	15,27
Crato (CE)	4	0,616	5	0,716	-1	16,23
Limoeiro do Norte (CE)	6	0,609	6	0,711	0	16,75
Sobral (CE)	12	0,581	7	0,699	5	20,31
Russas (CE)	7	0,599	8	0,698	-1	16,53
Tabuleiro do Norte (CE)	15	0,573	9	0,698	6	21,82
Juazeiro do Norte (CE)	8	0,596	10	0,697	-2	16,95

Os 10 menores IDH-M de 2000

Município	Classif IDH-M 1991	IDH-M 1991	Classif IDH-M 2000	IDH-M 2000	Varição de Posições IDH-M	Varição % IDH-M
Granjeiro (CE)	171	0,449	175	0,576	-4	28,29
Choró (CE)	178	0,430	176	0,570	2	32,56
Tarrafas (CE)	180	0,425	177	0,570	3	34,12
Itatira (CE)	174	0,447	178	0,569	-4	27,29
Aiuaba (CE)	169	0,451	179	0,566	-10	25,50
Saboeiro (CE)	182	0,419	180	0,560	2	33,65
Salitre (CE)	183	0,414	181	0,558	2	34,78
Croatá (CE)	176	0,440	182	0,557	-6	26,59
Granja (CE)	177	0,436	183	0,554	-6	27,06
Barroquinha (CE)	184	0,403	184	0,551	0	36,72

4.2 CRESCIMENTO EM POSIÇÕES, NA CLASSIFICAÇÃO ABSOLUTA DO IDH-M(1991/2000)

OS 10 MUNICÍPIOS QUE MAIS CRESCERAM

Município	Classificação IDH-M 1991	Classificação IDH-M 2000	Variação de Posições IDH-M	Classificação variação de posições
Mauriti (CE)	130	57	73	1
Santa Quitéria (CE)	138	66	72	2
Ibiapina (CE)	122	56	66	3
Jijoca de Jericoacoara (CE)	173	108	65	4
Ararendá (CE)	164	105	59	5
Quiterianópolis (CE)	165	106	59	6
Catunda (CE)	153	101	52	7
Iracema (CE)	80	33	47	8
Porteiras (CE)	106	59	47	9
Hidrolândia (CE)	121	77	44	10

OS 10 MUNICÍPIOS QUE MENOS CRESCERAM

Município	Classificação IDH-M 1991	Classificação IDH-M 2000	Variação de Posições IDH-M	Classificação variação de posições
Moraújo (CE)	109	156	-47	175
Pacujá (CE)	27	74	-47	176
Potengi (CE)	107	154	-47	177
Cedro (CE)	33	81	-48	178
Barreira (CE)	63	113	-50	179
Orós (CE)	50	102	-52	180
Catarina (CE)	115	170	-55	181
Icapuí (CE)	32	92	-60	182
Quixelã (CE)	97	160	-63	183
Senador Pompeu (CE)	46	116	-70	184

4.3 A CLASSIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS EM IDH-R EM 2000

OS 10 MAIORES MUNICÍPIOS EM IDH-R

Município	Classif IDH-R 1991	IDH-R 1991	Classif IDH-R 2000	IDH-R 2000	Variação de Posições IDH-R	Variação % IDH-R
Fortaleza (CE)	1	0,685	1	0,729	0	6,423
Crato (CE)	2	0,564	2	0,628	0	11,348
Sobral (CE)	6	0,547	3	0,611	3	11,700
Iguatu (CE)	3	0,564	4	0,610	-1	8,156
Juazeiro do Norte (CE)	4	0,562	5	0,606	-1	7,829
Limoeiro do Norte (CE)	14	0,520	6	0,588	8	13,077
Maracanaú (CE)	11	0,526	7	0,585	4	11,217
Caucaia (CE)	7	0,546	8	0,584	-1	6,960
Horizonte (CE)	30	0,493	9	0,580	21	17,647
Campos Sales (CE)	50	0,467	11	0,577	39	23,555

OS 10 MENORES MUNICÍPIOS EM IDH-R

Município	Classif IDH-R 1991	IDH-R 1991	Classif IDH-R 2000	IDH-R 2000	Variação de Posições IDH-R	Variação % IDH-R
Granja (CE)	120	0,425	173	0,442	-53	4,000
Croatá (CE)	179	0,363	177	0,441	2	21,488
Moraújo (CE)	102	0,435	176	0,441	-74	1,379
Itatira (CE)	162	0,393	178	0,437	-16	11,196
Choró (CE)	138	0,412	179	0,436	-41	5,825
Granjeiro (CE)	171	0,384	180	0,435	-9	13,281
Graça (CE)	182	0,347	181	0,434	1	25,072
Aiuaba (CE)	168	0,385	182	0,432	-14	12,208
Miraíma (CE)	175	0,380	183	0,426	-8	12,105
Tarrafas (CE)	183	0,328	184	0,413	-1	25,915

4.4 CRESCIMENTO EM POSIÇÕES, NA CLASSIFICAÇÃO ABSOLUTA DO IDH-R(1991/2000)

OS 10 MUNICÍPIOS QUE MAIS CRESCERAM

Município	Classificação IDH-R 1991	Classificação IDH-R 2000	Variação de Posições IDH-R	Classificação variação de posições
Milhã (CE)	177	78	99	1
Iracema (CE)	103	22	81	2
Mauriti (CE)	144	65	79	3
Santa Quitéria (CE)	150	76	74	4
Ibiapina (CE)	157	84	73	5
Banabuiú (CE)	140	68	72	6
Quiterianópolis (CE)	184	113	71	7
Meruoca (CE)	151	83	68	8
Penaforte (CE)	111	45	66	9
Barro (CE)	122	59	63	10

OS 10 MUNICÍPIOS QUE MENOS CRESCERAM

Município	Classificação IDH-R 1991	Classificação IDH-R 2000	Variação de Posições IDH-R	Classificação variação de posições
Coreaú (CE)	79	140	-61	175
Itarema (CE)	80	145	-65	176
Palmácia (CE)	38	107	-69	177
Bela Cruz (CE)	81	152	-71	178
Capistrano (CE)	96	168	-72	179
Moraújo (CE)	102	176	-74	180
Aratuba (CE)	70	155	-85	181
Quixelã (CE)	46	133	-87	182
Pacujá (CE)	12	100	-88	183
Catarina (CE)	47	171	-124	184

4.5 CLASSIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS EM IDH-L EM 2000

OS 10 MAIORES MUNICÍPIOS EM IDH-L

Município	Classif IDH-L 1991	IDH-L 1991	Classif IDH-L 2000	IDH-L 2000	Variação de Posições IDH-L	Variação % IDH-L
São João do Jaguaribe (CE)	20	0,638	3	0,783	17	22,727
Limoeiro do Norte (CE)	2	0,665	1	0,783	1	17,744
Russas (CE)	18	0,641	2	0,783	16	22,153
Tabuleiro do Norte (CE)	21	0,638	4	0,781	17	22,414
Pacoti (CE)	16	0,643	5	0,775	11	20,529
Ipu (CE)	28	0,630	6	0,769	22	22,063
Varjota (CE)	30	0,630	7	0,769	23	22,063
Reriutaba (CE)	31	0,630	8	0,769	23	22,063
Pacatuba (CE)	14	0,645	9	0,765	5	18,605
Alto Santo (CE)	6	0,661	10	0,764	-4	15,582

OS 10 MENORES MUNICÍPIOS EM IDH-L

Município	Classif IDH-L 1991	IDH-L 1991	Classif IDH-L 2000	IDH-L 2000	Variação de Posições IDH-L	Variação % IDH-L
Saboeiro (CE)	176	0,493	177	0,615	-1	24,746
Aiuaba (CE)	113	0,574	175	0,615	-62	7,143
Catarina (CE)	114	0,574	176	0,615	-62	7,143
Altaneira (CE)	174	0,493	178	0,596	-4	20,892
Choró (CE)	182	0,487	179	0,596	3	22,382
Barroquinha (CE)	175	0,493	180	0,570	-5	15,619
Chaval (CE)	177	0,493	181	0,570	-4	15,619
Umari (CE)	183	0,466	182	0,562	1	20,601
Baixio (CE)	184	0,466	183	0,562	1	20,601
Croatá (CE)	164	0,527	184	0,558	-20	5,882

4.6 CRESCIMENTO EM POSIÇÕES, NA CLASSIFICAÇÃO ABSOLUTA DO IDH-L(1991/2000)

OS 10 MUNICÍPIOS QUE MAIS CRESCERAM

Município	Classificação IDH-L 1991	Classificação IDH-L 2000	Variação de Posições IDH-L	Classificação variação de posições
Santa Quitéria (CE)	126	58	68	1
Hidrolândia (CE)	127	59	68	2
Catunda (CE)	128	60	68	3
Quiterianópolis (CE)	93	28	65	4
Caridade (CE)	121	72	49	5
Ipaporanga (CE)	100	52	48	6
Tamboril (CE)	101	53	48	7
Monsenhor Tabosa (CE)	97	51	46	8
Cruz (CE)	107	61	46	9
Ararendá (CE)	95	50	45	10

OS 10 MUNICÍPIOS QUE MENOS CRESCERAM

Município	Classificação IDH-L 1991	Classificação IDH-L 2000	Variação de Posições IDH-L	Classificação variação de posições
Barbalha (CE)	4	54	-50	175
Missão Velha (CE)	83	133	-50	176
Nova Olinda (CE)	87	138	-51	177
Novo Oriente (CE)	63	116	-53	178
Icó (CE)	96	155	-59	179
Aiuaba (CE)	113	175	-62	180
Catarina (CE)	114	176	-62	181
Arneiroz (CE)	111	174	-63	182
Coreaú (CE)	36	110	-74	183
Amontada (CE)	37	128	-91	184

4.7 CLASSIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS EM IDH-E EM 2000

OS 10 MAIORES MUNICÍPIOS EM IDH-E

Município	Classif IDH-E 1991	IDH-E 1991	Classif IDH-E 2000	IDH-E 2000	Variação de Posições IDH-E	Variação % IDH-E
Fortaleza (CE)	1	0,784	1	0,884	0	12,755
Maracanaú (CE)	2	0,724	2	0,863	0	19,199
Pacatuba (CE)	3	0,717	3	0,843	0	17,573
Caucaia (CE)	5	0,656	4	0,815	1	24,238
Crato (CE)	4	0,672	5	0,806	-1	19,940
Itaitinga (CE)	20	0,583	6	0,795	14	36,364
Eusébio (CE)	12	0,610	7	0,791	5	29,672
Maranguape (CE)	7	0,634	8	0,787	-1	24,132
Penaforte (CE)	22	0,580	9	0,782	13	34,828
Barbalha (CE)	14	0,603	10	0,781	4	29,519

OS 10 MENORES MUNICÍPIOS EM IDH-E

Município	Classif IDH-E 1991	IDH-E 1991	Classif IDH-E 2000	IDH-E 2000	Variação de Posições IDH-E	Variação % IDH-E
Parambu (CE)	168	0,419	175	0,629	-7	50,119
Barroquinha (CE)	183	0,333	176	0,626	7	87,988
Coreaú (CE)	170	0,403	177	0,624	-7	54,839
Itatira (CE)	159	0,436	178	0,623	-19	42,890
Saboeiro (CE)	174	0,386	179	0,622	-5	61,140
Assaré (CE)	153	0,447	180	0,613	-27	37,136
Quixelã (CE)	134	0,462	181	0,602	-47	30,303
Potengi (CE)	137	0,460	182	0,597	-45	29,783
Salitre (CE)	184	0,326	183	0,583	1	78,834
Granja (CE)	181	0,351	184	0,559	-3	59,259

4.8 CRESCIMENTO EM POSIÇÕES, NA CLASSIFICAÇÃO ABSOLUTA DO IDH-E(1991/2000)

OS 10 MAIORES CRESCIMENTOS

Município	Classificação IDH-E 1991	Classificação IDH-E 2000	Variação de Posições IDH-E	Classificação variação de posições
Tejuçuoca (CE)	165	61	104	1
Catunda (CE)	147	53	94	2
Cruz (CE)	132	41	91	3
Ibiapina (CE)	111	30	81	4
General Sampaio (CE)	178	99	79	5
Carnaubal (CE)	166	95	71	6
Fortim (CE)	156	88	68	7
Jucás (CE)	158	90	68	8
Chorozinho (CE)	118	51	67	9
Mauriti (CE)	167	106	61	10

OS 10 MENORES CRESCIMENTOS

Município	Classificação IDH-E 1991	Classificação IDH-E 2000	Variação de Posições IDH-E	Classificação variação de posições
Potengi (CE)	137	182	-45	175
Quixelã (CE)	134	181	-47	176
Ererê (CE)	102	150	-48	177
Monsenhor Tabosa (CE)	34	84	-50	178
Quixeramobim (CE)	40	91	-51	179
Mucambo (CE)	73	125	-52	180
Martinópolis (CE)	103	156	-53	181
Boa Viagem (CE)	97	157	-60	182
Antonina do Norte (CE)	71	159	-88	183
Senador Pompeu (CE)	29	126	-97	184

5. AS RECEITAS MUNICIPAIS

Nesse tópico será feita uma breve abordagem sobre receitas municipais, tendo em vista ser o objetivo principal do trabalho, a visualização do impacto das receitas municipais no cálculo do IDH. Será inicialmente discutido a razão da existência das receitas municipais, suas origens, tipos, alíquotas e por fim far-se-á uma exposição dos princípios básicos que embasam o processo de transferência de receitas.

Independentemente da concepção de Estado que se venha a adotar, há de se obter como seu fim precípua a consecução do bem comum para determinada coletividade. É com este escopo que se concebe o Estado, o qual busca tal fim por meio do que se convencionou denominar atividade estatal que seria a realização de obras e a prestação de serviços públicos.

Colocada a necessidade do Estado desenvolver obras e serviços com o objetivo de obter o melhor para a coletividade a que representa, o questionamento imediato que se há de deparar é tocante à origem do capital necessário a tais empreitadas.

Em resposta à interrogação levantada, trazemos um conceito de Receita pública, em palavras de Hely Lopes Meirelles, seria: *O conjunto de recursos financeiros que entram para os cofres estatais, provindos de quaisquer fontes, a fim de acorrer às despesas orçamentárias e adicionais do orçamento.* (LOPES MEIRELLES, Hely. *Direito Municipal*. São Paulo: Malheiros. 13 ed. 2003. 150 p).

Desta forma, respondem as receitas públicas por todos os gastos necessários ao desenvolvimento da atividade estatal, sendo tais recursos carregados aos cofres públicos ora por meio do poder impositivo do estado, que se

utiliza de tributos, ora por meio da exploração dos bens e serviços que lhe pertencem, mediante o pagamento de preços.

O Município enquanto entidade estatal, desempenhando atividades a fim de obter o melhor para seus cidadãos, também realiza as mesmas atividades do Estado, surgindo assim a concepção de receitas municipais.

As receitas municipais são fundamentalmente constituídas por receitas próprias, transferências e operações de crédito. Neste ponto esclareceremos o que vêm a ser cada uma das espécies de receita que compõem a receita municipal.

Receita municipal própria é aquela composta pelas receitas tributárias, patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços e das alienações de bens móveis e imóveis. Receita municipal de transferência é aquela decorrente das transferências tanto estaduais quanto federais, das quais se sobressaem em importância a transferência estadual de parcela do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), e a transferência federal do FPM (Fundo de Participação dos Municípios). As receitas de operações de crédito não necessitam de maiores explicações, pois o próprio nome já diz tudo.

Ressalte-se caber às transferências, em regra, a maior fatia na composição das receitas municipais, pelo que se passa a expor sucintamente aquelas que mais se destacam, elencadas linhas atrás.

Cabe à transferência estadual do ICMS posição de destaque entre as receitas municipais decorrentes de transferências. Ocorre a mencionada transferência por meio de quota-parte, em percentual de 25% (vinte e cinco por cento), do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). O valor arrecadado pelo estado a título de ICMS é repassado aos municípios, os quais são aquinhoados via retorno do ICMS, tomando como parâmetro principal na quantificação dos valores o Valor Adicionado Fiscal (VAF) do município, o que,

em última instância, vem a refletir uma maior participação dos municípios mais dinâmicos.

Outra receita significativa decorrente de transferência, refere-se ao FPM (Fundo de Participação dos Municípios). O fundo é constituído do percentual de 22,5% (vinte e dois vírgula cinco por cento) da receita líquida (receita bruta abatida das restituições e incentivos fiscais) de dois tributos federais, quais sejam: Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto de Renda (IR).

Tendo em vista que o IPI e o IR possuem estreita relação com o desempenho econômico do país, sendo tributos de natureza eminentemente extrafiscal, é conseqüente o reflexo de tal desempenho nos percentuais repassados aos municípios. Constata-se, portanto, que quando a economia nacional cresce, já que maior a arrecadação com IPI e IR, maior será o valor a compor o FPM.

Fundamental citar o caráter distributivo do FPM, o qual favorece municípios das regiões que registram menores rendas. Ao passo que 10% (dez por cento) do FPM é destinado às Capitais, 86,4% (oitenta e seis vírgula quatro por cento) são destinados ao interior, restando 3,6% (três vírgula seis por cento) para um fundo de reserva.

Ainda em relação ao FPM, convém ressaltar a crítica já bem conhecida da constante criação de pequenos municípios, os quais acabam sendo favorecidos com o maior repasse de verbas em detrimento dos municípios maiores, que têm de recorrer às receitas próprias para suprir os maiores gastos, posto que recebem percentual menor do fundo em questão.

No que tange às receitas municipais próprias, ganha relevo a receita tributária. Constitucionalmente são assegurados os seguintes impostos aos municípios: Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU); Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISS); Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI). Afora

estes impostos, podem os municípios, respeitadas as limitações constitucionais e legais, instituir e dispor de recursos decorrentes de taxas e contribuições de melhoria.

No universo das receitas próprias tributárias, a de maior relevo no âmbito municipal, em termos arrecadatórios, é o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS). O ISS tem por fato gerador a prestação, pelo contribuinte, de serviços de qualquer natureza, desde que estes serviços não estejam compreendidos na competência tributária da União ou do Estado.

Quanto ao Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), seu fato gerador é a propriedade, o domínio útil ou a posse de um bem imóvel urbano. Apresenta-se o IPTU como outra fonte de receita municipal própria.

Encerrando o rol das receitas tributárias municipais de alguma expressão na receita total, mencione-se o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis. O ITBI incide sobre a transmissão *inter vivos* de bens imóveis, representando fatia de pequena expressão na receita tributária municipal.

Impõe-se, neste ponto, crítica à sistemática arrecadatória nacional. Dada a grande ênfase ofertada às receitas oriundas de transferências, as receitas próprias acabam por ficar em segundo plano, motivando uma excessiva centralização, o que vêm a contrariar a formação federal de nosso Estado.

Essencial, ainda, dada a maior pertinência com o assunto que se vem dissecando até o presente momento, a abordagem das justificações para o processo de transferências, que por sua vez se presta a motivar de certa forma o maior volume de receitas advindas de transferências, dentro do bolo geral das receitas públicas municipais. O estudo do processo de transferências de receitas permitirá, outrossim, a melhor compreensão do modelo de federalismo adotado no Brasil.

É possível fundamentar o processo de transferências de receitas na necessidade de equalização fiscal, mas não é somente este o motivo que vem a justificar tais transferências. É nesse sentido que a literatura das finanças públicas apresenta quatro princípios básicos que embasam o processo de transferência de receitas, quais sejam:

- a) Internalização de externalidades a outras jurisdições;
- b) Melhoria do Sistema Tributário como um todo;
- c) Correção de ineficiências na oferta de equilíbrio de bens públicos locais;
- d) Equalização fiscal entre jurisdições.

Consiste a internalização de externalidades a outras jurisdições no incentivo ao provimento, providenciado por esfera mais alta de governo, de bens e serviços de uma unidade que beneficiem também a outras unidades.

Em termos mais claros, poder-se-ia compreender por internalização de externalidades a assunção por determinado estado ou município de demandas inicialmente imputáveis a outros.

A observação de uma situação prática melhor elucidará a questão. Tomemos por hipótese dois municípios vizinhos. Dada a existência de hospital mais bem equipado no município A, os acidentados residentes no segundo município, B buscavam ao primeiro em busca de socorro. Admitida tal hipótese, é justo que se providencie uma redistribuição das receitas a fim de suprir as despesas, agora maiores, do município A. Tal redistribuição poder-se-ia verificar de duas formas: com a devida compensação entre iguais esferas de governo, portanto entre A e B, ou partindo de uma esfera de governo mais alta para as mais baixas. Nosso sistema de transferências mostra-se condizente com a segunda forma exposta. Ou seja, as transferências partem de mais altas esferas de governo para as mais baixas, num caráter eminentemente centralizador.

A outra razão é a busca pela melhoria do sistema tributário como um todo, que encontra fortes razões na maior eficiência arrecadatória nas esferas mais altas de governo. Em decorrência desta concentração motivada pelo melhor e maior aparato arrecadatório das esferas de governo mais altas, impõe-se a transferência às mais baixas esferas.

O terceiro motivo, correção de ineficiências na oferta de equilíbrio de bens públicos locais, mostra-se como conseqüência da oferta ineficiente de bens e serviços pelas menores esferas de governo. Justifica-se, portanto, a transferência com a finalidade de se alcançar determinado *padrão nacional*.

Sendo tomado o seguinte exemplo para melhor compreender esta terceira razão mencionada. Admitido que a União estabelecesse um valor mínimo a ser gasto mensalmente com cada aluno, e que determinado município não dispusesse daquele valor por evidente insuficiência de receitas próprias. Se pretendesse a União manter uma uniformidade nacional em termos de valor gasto por aluno mensalmente, indubitavelmente necessitaria transferir valores ao município para suprir a demanda imposta. Nisso consiste outro motivo justificador de transferência de receitas.

O quarto motivo, a equalização fiscal, dispensa pormenores pela simples observação das disparidades econômicas existentes entre as diversas regiões do País.

6. Modelagem Econométrica

6.1 Metodologia

Com base na descrição conduzida ao longo do presente estudo, pode-se inferir que em se tratando de municípios, a capacidade de evolução destes em termos dos elementos captados pelo IDH estabelece uma relação direta com a receita do município.

Deve ser notado, entretanto, que o impacto de choques na receita é diferente entre municípios com IDH sensivelmente diferentes. Isso indica que, por exemplo, um aumento de 1% na receita de 2 municípios com IDH 0,75 e 0,50 deve apresentar impacto diferente em cada um deles.

O modelo a ser construído deve captar este tipo de particularidade, indicando as reações médias específicas a cada classe de municípios em termos de IDH. Os 184 municípios cearenses foram então divididos em quatro grupos, conforme descrito a seguir.

Se um conjunto de dados é ordenado em ordem de grandeza, o valor que divide o conjunto em duas partes iguais é a mediana. Por extensão desse conceito, pode-se pensar nos valores que dividem o conjunto em quatro partes iguais. Desse modo, os municípios cearenses foram divididos em quatro partes iguais, de acordo com a medida de IDH no ano de 2000, conforme apresentado na tabela a seguir:

Divisão dos municípios cearenses em quatro grupos, de acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano de 2000

Grupo	Faixa de IDH	IDH médio	Porcentagem de municípios
G1	$IDH \leq 0,6055$	0,585	25%
G2	$0,6055 < IDH \leq 0,631$	0,619	25%
G3	$0,631 < IDH \leq 0,6525$	0,641	25%
G4	$IDH > 0,6525$	0,680	25%

O primeiro grupo (G1) é constituído pelos municípios com IDH menor ou igual a 0,6055. Este número foi determinado com base no fato de que 25% dos municípios cearenses se encaixam nessa categoria. O segundo grupo (G2) consiste nos municípios com IDH entre 0,6055 e 0,631 (inclusive). Da mesma forma, tem-se que 25% dos municípios cearenses se enquadram nessa situação. O terceiro grupo (G3) contém os municípios com IDH entre 0,631 e 0,6525 (inclusive), abrangendo um total de 25% dos municípios. O quarto e último grupo (G4) consiste nos 25% dos municípios com maior IDH do estado do Ceará. Tais municípios apresentam IDH superior a 0,6525.

A partir da divisão apresentada, será efetuado um estudo econométrico em corte transversal com o objetivo de determinar o impacto das receitas municipais dos anos de 1995 a 1999 no IDH (do ano 2000) de cada um dos quatro grupos de municípios. A idéia de incluir a variável receita apenas em defasagem decorre do fato de que a resposta a choques na receita necessita de um certo tempo para se materializar em termos de modificação no IDH.

A abordagem econométrica será feita a partir das cinco regressões descritas a seguir:

REGRESSÃO 01:

$$IDH(2000)_i = \alpha_1 D1 + \alpha_2 D2 + \alpha_3 D3 + \alpha_4 D4 + \alpha_5 \ln(Arrec1995_i) + \alpha_6 D1 \ln(Arrec1995_i) \\ + \alpha_7 D2 \ln(Arrec1995_i) + \alpha_8 D3 \ln(Arrec1995_i) + \varepsilon_1$$

REGRESSÃO 02:

$$IDH(2000)_i = \beta_1 D1 + \beta_2 D2 + \beta_3 D3 + \beta_4 D4 + \beta_5 \ln(Arrec1996_i) + \beta_6 D1 \ln(Arrec1996_i) \\ + \beta_7 D2 \ln(Arrec1996_i) + \beta_8 D3 \ln(Arrec1996_i) + \nu_1$$

REGRESSÃO 03:

$$IDH(2000)_i = \gamma_1 D1 + \gamma_2 D2 + \gamma_3 D3 + \gamma_4 D4 + \gamma_5 \ln(Arrec1997_i) + \gamma_6 D1 \ln(Arrec1997_i) \\ + \gamma_7 D2 \ln(Arrec1997_i) + \gamma_8 D3 \ln(Arrec1997_i) + \varpi_1$$

REGRESSÃO 04:

$$IDH(2000)_i = \theta_1 D1 + \theta_2 D2 + \theta_3 D3 + \theta_4 D4 + \theta_5 \ln(Arrec1998_i) + \theta_6 D1 \ln(Arrec1998_i) \\ + \theta_7 D2 \ln(Arrec1998_i) + \theta_8 D3 \ln(Arrec1998_i) + \mu_1$$

REGRESSÃO 05:

$$IDH(2000)_i = \phi_1 D1 + \phi_2 D2 + \phi_3 D3 + \phi_4 D4 + \phi_5 \ln(Arrec1999_i) + \phi_6 D1 \ln(Arrec1999_i) \\ + \phi_7 D2 \ln(Arrec1999_i) + \phi_8 D3 \ln(Arrec1999_i) + \xi_1$$

onde:

D1 = variável dummy assumindo o valor 1 se o município pertence ao grupo G1 e 0 caso contrário;

D2 = variável dummy assumindo o valor 1 se o município pertence ao grupo G2 e 0 caso contrário;

D3 = variável dummy assumindo o valor 1 se o município pertence ao grupo G3 e 0 caso contrário;

D4 = variável dummy assumindo o valor 1 se o município pertence ao grupo G4 e 0 caso contrário;

Arrec1995 = total das arrecadações municipais no ano de 1995;

Arrec1996 = total das arrecadações municipais no ano de 1996;

Arrec1997 = total das arrecadações municipais no ano de 1997;

Arrec1998 = total das arrecadações municipais no ano de 1998;

Arrec1999 = total das arrecadações municipais no ano de 1999;

Apesar de não apresentar significado econômico muito claro, o intercepto de cada regressão foi assumido ser diferente para cada grupo de municípios. Além disso, as mesmas dummies que são incluídas na forma aditiva (mudança de intercepto) também são incluídas na forma multiplicativa (mudança de inclinação), salvo no caso da dummy D4, que não aparece na forma multiplicativa, mas tem o seu efeito captado quando se toma $D1=D2=D3=0$. Desse modo, no modelo 01, tem-se:

$$E(IDH(2000)_i | D1 = 1, Arrec1995_i) = \alpha_1 + (\alpha_5 + \alpha_6) \ln(Arrec1995_i)$$

$$E(IDH(2000)_i | D2 = 1, Arrec1995_i) = \alpha_2 + (\alpha_5 + \alpha_7) \ln(Arrec1995_i)$$

$$E(IDH(2000)_i | D3 = 1, Arrec1995_i) = \alpha_3 + (\alpha_5 + \alpha_8) \ln(Arrec1995_i)$$

$$E(IDH(2000)_i | D4 = 1, Arrec1995_i) = \alpha_4 + \alpha_5 \ln(Arrec1995_i)$$

A interpretação dos demais modelos é análoga. Quanto à elasticidade do IDH em relação à receita total do município, uma vez que se está lidando com um modelo lin-log, ela pode ser obtida, por exemplo para o modelo 01 e municípios do grupo G4, por:

$$\xi_{IDH(2000), Arrec1995(G4)} = \alpha_5 \frac{1}{IDH(2000)_i}$$

Note-se que a elasticidade é uma medida de ponto, entretanto o denominador da expressão do lado direito da igualdade acima será substituído pelo valor médio do IDH do ano de 2000 de cada um dos grupos, conforme apresentado em tabela anterior.

6.2 Resultados da modelagem econométrica

A partir das especificações apresentadas na seção anterior, foram geradas as estimativas dos parâmetros de cada um dos modelos descritos. Por se tratarem de regressões em corte transversal, surge naturalmente o problema de heteroscedasticidade, que deve inicialmente ser testado e, caso detectado, corrigido. Nesta etapa foi conduzido o teste geral de heteroscedasticidade de White, que indicou a presença de heteroscedasticidade em cada uma das cinco regressões.

Como a ocorrência de heteroscedasticidade não apresenta nenhum efeito na propriedade de ausência de viés dos estimadores de mínimos quadrados, afetando apenas a propriedade de eficiência destes, cabe a solução de alterar somente a matriz de variância e covariância para corrigir o problema. Para tanto, utilizou-se a matriz de variância e covariância de White.

O problema de autocorrelação é bastante comum em modelos de séries temporais, entretanto, como não há uma ordem cronológica ou sucessiva em dados de corte, em geral esta não é uma preocupação em modelos com dados dispostos em forma de corte transversal. Daí a razão de não se apresentar nos resultados que se seguirão a estatística D de Durbin Watson, usada para teste de autocorrelação de primeira ordem e que é exibida na maioria dos resultados padrão dos *softwares* econométricos.

RESULTADO DA ESTIMAÇÃO DO MODELO 01 (ANO 1995)

Variável dependente: IDH(2000)

Método de estimação: Mínimos quadrados

Variável	Coeficiente	Desv. Padrão	Estatística t
D1	0.429287	0.057340	7.486703
D2	0.606091	0.041202	14.71015
D3	0.649271	0.034000	19.09605
D4	0.351962	0.043073	8.171395
LN(Arrec1995)	0.021813	0.002875	7.586215
D1* LN(Arrec1995)	-0.010807	0.004959	-2.179300
D2* LN(Arrec1995)	-0.020902	0.004061	-5.147505
D3* LN(Arrec1995)	-0.022402	0.003714	-6.031082
R2	0.900837		
R2 ajustado	0.896847		

Os resultados apresentados mostram que todos os coeficientes estimados foram estatisticamente significantes, de modo que a interpretação de cada um deles faz sentido em termos estatísticos. Pode-se notar que a maior inclinação da reta de regressão ajustada está relacionada aos municípios do grupo G4 ($=0,021813$), ou seja, dos 25% com maior IDH. Em seguida vem a inclinação dos municípios do grupo G1 ($=0,021813-0,010807$) que é igual a $0,011006$. Isso indica que um aumento na receita no ano de 1995 gerou maior impacto nos municípios com maior IDH (G4) seguido pelos municípios com menor IDH (G1).

Uma informação adicional relevante diz respeito as elasticidades. Utilizando a definição apresentada na seção anterior, conclui-se que para os municípios do grupo G1 esta medida foi de $0,0162$, enquanto que para os municípios do grupo G4 ela foi de $0,0321$. Isso indica que um aumento na receita dos municípios da ordem de 1% gera, em média, um aumento no IDH da ordem de $0,0162\%$ e $0,0321\%$ para os municípios dos grupos G1 e G4, respectivamente.

Abaixo é apresentado detalhadamente o procedimento usado no cálculo das elasticidades estimadas.

$$\hat{\xi}_{IDH2000,Arrec1995(G4)} = \hat{\alpha}_5 \frac{1}{IDH(2000)_{\text{médio}G4}} = 0,0218 \frac{1}{0,68} = 0,0321$$

$$\hat{\xi}_{IDH2000,Arrec1995(G1)} = (\hat{\alpha}_5 - \hat{\alpha}_6) \frac{1}{IDH(2000)_{\text{médio}G4}} = (0,0218 - 0,0108) \frac{1}{0,68} = 0,0162$$

O resultado das estimativas dos modelos 02, 03, 04 e 05 são apresentados a seguir, e têm interpretação análoga aquela fornecida no modelo 01.

RESULTADO DA ESTIMAÇÃO DO MODELO 02 (ANO 1996)

Variável dependente: IDH(2000)

Método de estimação: Mínimos quadrados

Variável	Coeficiente	Desv. Padrão	Estatística t
D1	0.497639	0.050084	9.936091
D2	0.593533	0.030758	19.29717
D3	0.625040	0.025021	24.98032
D4	0.402348	0.050654	7.943107
LN(Arrec1996)	0.018460	0.003375	5.468960
D1* LN(Arrec1996)	-0.012242	0.004872	-2.512937
D2* LN(Arrec1996)	-0.016672	0.003997	-4.170640
D3* LN(Arrec1996)	-0.017369	0.003790	-4.582658
R2	0.890068		
R2 ajustado	0.885646		

RESULTADO DA ESTIMAÇÃO DO MODELO 03 (ANO 1997)

Variável dependente: IDH(2000)

Método de estimação: Mínimos quadrados

Variável	Coeficiente	Desv. Padrão	Estatística t
D1	0.485916	0.090740	5.355010
D2	0.621991	0.050061	12.42478
D3	0.656921	0.034017	19.31171
D4	0.398942	0.046602	8.560611
LN(Arrec1997)	0.018266	0.003037	6.015492
D1* LN(Arrec1997)	-0.011392	0.006957	-1.637452
D2* LN(Arrec1997)	-0.018459	0.004566	-4.042519
D3* LN(Arrec1997)	-0.019360	0.003807	-5.084787
R2	0.890045		
R2 ajustado	0.885647		

RESULTADO DA ESTIMAÇÃO DO MODELO 04 (ANO 1998)

Variável dependente: IDH(2000)

Método de estimação: Mínimos quadrados

Variável	Coeficiente	Desv. Padrão	Estatística t
D1	0.453354	0.091481	4.955733
D2	0.619752	0.052192	11.87456
D3	0.668911	0.032455	20.61032
D4	0.347868	0.034200	10.17150
LN(Arrec1998)	0.021595	0.002206	9.787897
D1* LN(Arrec1998)	-0.012501	0.006668	-1.874835
D2* LN(Arrec1998)	-0.021635	0.004177	-5.179856
D3* LN(Arrec1998)	-0.023497	0.003102	-7.574312
R2	0.902332		
R2 ajustado	0.898447		

RESULTADO DA ESTIMAÇÃO DO MODELO 05 (ANO 1999)

Variável dependente: IDH(2000)

Método de estimação: Mínimos quadrados

Variável	Coeficiente	Desv. Padrão	Estatística t
D1	0.462271	0.098658	4.685576
D2	0.607178	0.050350	12.05918
D3	0.675937	0.033683	20.06775
D4	0.349857	0.036195	9.665769
LN(Arrec1999)	0.021287	0.002326	9.152254
D1* LN(Arrec1999)	-0.012869	0.007123	-1.806660
D2* LN(Arrec1999)	-0.020477	0.004122	-4.967504
D3* LN(Arrec1999)	-0.023645	0.003232	-7.314842
R2	0.902399		
R2 ajustado	0.898517		

A tabela abaixo apresenta as elasticidades estimadas para os anos de 1995 a 1999, para os grupos G1 e G4, que são os grupos extremos e que apresentaram-se mais sensíveis a choques na receita relativamente aos grupos G2 e G3.

ANO	GRUPO G1	GRUPO G4
1995	0,0188	0,0321
1996	0,0107	0,0271
1997	0,0118	0,0268
1998	0,0155	0,0317
1999	0,0144	0,0313

Nota-se que a elasticidade associada ao ano de 1995 mostrou-se superior às demais (de 1996 a 1999) tanto no grupo G1 quanto no grupo G4. Isso está associado ao fato de que os componentes do IDH não são sensíveis a curto prazo, indicando que políticas para a melhora desse índice devem ser aplicadas com certa antecedência, possibilitando assim que haja um prazo de maturação para obtenção de resultados.

7. Conclusões

A partir da dificuldade de se encontrar um índice que realmente possa aferir o Desenvolvimento, até mesmo em função da também dificuldade de se definir o que vem a ser "Desenvolvimento" foi feita uma discussão dos Índices de Gini e Índice de Desenvolvimento Humano.

Foi visto que o índice de Gini pode ser utilizado para medir a distribuição de renda, variando de 0 a 1, sendo zero uma situação teórica, onde a renda estaria totalmente distribuída e um, onde a renda estaria totalmente concentrada.

Mostrou-se que a América Latina tem a pior distribuição de renda e que mesmo o Brasil tendo avançado bastante na década de 90, ainda permanece com uma alta concentração de renda, com um índice de 0,607 em 2002. Viu-se também que a Argentina experimentou uma fortíssima concentração de renda, ao passar de um índice de 0,345 em 1974 para 0,538 em 2000.

Passou-se então ao estudo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado em 1990, pelos economistas Mahbub Ul Haq e Amartya Sen, que tinham por objetivo medir o desenvolvimento humano a partir de indicadores como educação, renda e longevidade, com a criação de um ranking mundial. O referido índice varia de 0 a 1, com zero representando nenhum desenvolvimento e um representando desenvolvimento humano total, fazendo-se ainda uma classificação em baixo desenvolvimento (IDH até 0,499), médio desenvolvimento (IDH entre 0,500 e 0,799) e alto desenvolvimento (IDH acima de 0,800).

Mostrou-se que riqueza não significa necessariamente desenvolvimento e a prova é a classificação dos famosos membros do G8 : Estados Unidos(7º), Japão(9º), Alemanha(18º), Reino Unido(13º), França(17º), Itália(21º), Canadá(8º) e Rússia(63º).

Quanto ao Brasil, foi exposto que no ranking de 2003, com 175 países o Brasil se encontra em 65º, com a Educação tendo sido o responsável pela melhora em 60,78% do aumento do índice entre 1991 e 2000, a despeito do aumento da concentração de renda. Mostrou-se as mais diversas evoluções dos Estados e de alguns municípios, trazendo-se um ranking de todos os estados brasileiros com os IDH de 1991 e 2000, com suas evoluções, mostrando que o Ceará foi quem mais evoluiu ao subir 4 posições, passando de 23º para 19º classificação. Amazonas e Acre foram os estados que mais involuíram, ao perderem ambos, 3 posições no ranking.

Abordou-se a questão do conflito entre o IDH e o índice de Gini, onde foi visto que cerca de 27,8% da sua população, algo em torno de 45 milhões de pessoas, estão abaixo da chamada linha de pobreza, vivendo com 1 dólar por dia, o que reforça a idéia da enorme concentração de renda.

Viu-se também que o simples acesso a recursos monetários não gera por si só aumento de IDH, ao serem mostrados vários casos de aumento de IDH ou de renda, sem necessariamente o conseqüente aumento do IDH ou da renda. Como exemplo mostrou-se que o Estado de Alagoas teve a maior melhora percentual de 1991 a 2000, passando de 0,535 para 0,633, mesmo se encontrando 15º lugar em relação à renda.

Deu-se um destaque especial à análise do Estado do Ceará, mostrando-se o seu especial desempenho, galgando 3 posições no ranking, a despeito de ainda se encontrar em 19º lugar no país. Caso a classificação tivesse sido feita por crescimento percentual, ainda assim o Ceará estaria em 3º lugar em crescimento percentual, tendo passado de 0,597 para 0,699. Acompanhando uma tendência

nacional, o quesito Educação, foi o que teve a maior variação percentual, crescendo 27,9% e os quesitos Renda e Longevidade cresceram 9,7% e 13,0%, respectivamente. Mostrou-se que o município de Fortaleza reina soberano com o IDH de 0,786 e Barroquinha manteve o último lugar de 1991 a 2000, com um índice de 0,551.

Na modelagem econométrica, associou-se a receita de cada município nos anos de 1995 a 1999 com o IDH do ano 2000, com o objetivo de medir o impacto das receitas dos diferentes anos na evolução do referido índice.

A fim de unir os municípios que tivessem aproximadamente as mesmas características, criou-se 4 grupos com igual quantidade de municípios, utilizando-se o critério do IDH. Foram gerados 4 modelos de regressão múltipla com a especificação Lin-Log, objetivando medir o impacto das receitas no IDH, em cada um dos grupos.

Constatou-se que o impacto de choque na Receita Municipal é sentido com mais intensidade nos municípios do grupo de maior IDH. Observou-se também que a elasticidade do IDH em relação à receita total associada ao ano de 1995 mostrou-se superior às demais (de 1996 a 1999) tanto no grupo com menor IDH quanto no grupo de maior IDH. Observa-se assim que é preciso que os formuladores de políticas tenham conhecimento de que os aspectos associados a melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano estão relacionados a políticas de médio e longo prazos, indicando que políticas para a melhora desse índice devem ser aplicadas com certa antecedência, possibilitando assim que haja um prazo de maturação para obtenção de resultados.

8. Referências bibliográficas

ARAÚJO, Elizeu Serra de. **A Resistência da Ideologia do Desenvolvimento Econômico**

BARRETO, Flávio Ataliba F.D.; JORGE NETO, Paulo de Melo; TEBALDI, Edinaldi. **Desigualdade de Renda e Crescimento Econômico no Nordeste Brasileiro**. Fortaleza:UFC / CAEN, 2001.

BARROS, Ricardo Paes; **Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil**. Brasília: IPEA, 2002. (Texto para discussão, 857)

FERREIRA, Francisco H. G. **Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: Luta de Classes ou Heterogeneidade Educacional ?**. PUC – Rio de Janeiro, 2000.

GUJARATI, Damodar N. **Econometria Básica**. 3. ed. São Paulo. Makron Books, 2000

ILTON, g. Soares; Castelar, Ivan. **Econometria Aplicada com o Uso do Eviews**. Fortaleza. UFC/CAEN, 2003

JORGE NETO, Paulo de Melo. A influência da Descentralização Fiscal no Perfil das Contas Públicas dos Municípios Cearenses. **Revista Econômica do Nordeste, v 31, 2000**.

KMENTA, Jan. **Teoria Econométrica Básica**, 2. ed, São Paulo. Atlas, 1988

LEMOS, José de Jesus Sousa. Qualidade de vida nos municípios do Nordeste em relação aos municípios do Brasil. Fundamentos para o Desenvolvimento Sustentável da região. **Revista Econômica do Nordeste**, v 30, 1999

LOPES, Meireles Hely. **Direito Municipal**. Malheiros, v.13, p.150,2003

PAIXÃO, Marcelo. **Desenvolvimento Humano e as desigualdades Étnicas no Brasil: um retrato do século**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Nordeste: A evolução nos últimos trinta anos (1970-1999)**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1992

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à Economia**. 9. ed. São Paulo. Atlas, 1982

SIMONASSI, Andrei G. **Ajustes Fiscais com responsabilidade nos municípios do Brasil**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará – Curso de Pós- Graduação em Economia, 2002.

NOVO ATLAS DO DESENVOLVIMENTO DO BRASIL 2003 . Disponível em: www.undp.org.br. Acesso em 25/01/2004

RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO IPEA, 2002. Disponível em www.ipea.gov.br. Acesso em 25/01/2004

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em www.undp.org.br. Acesso em 10/01/2004

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em www.ipea.gov.br. Acesso em 20/01/2004

ANEXOS

TABELA 1
INDICES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO 1991 - 2000

MUNICÍPIO	UF	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)	Classificação na UF	Classificação na UF	Evolução / Involução
		1991	2000	1991	2000	2000 / 1991
Abaiara	CE	0,480	0,627	137	102	-35
Acarape	CE	0,522	0,622	67	108	41
Acaraú	CE	0,491	0,616	119	122	3
Acopiara	CE	0,470	0,597	146	148	2
Aiuaba	CE	0,450	0,566	169	178	9
Alcântaras	CE	0,466	0,607	154	136	-18
Altaneira	CE	0,459	0,576	159	173	14
Alto Santo	CE	0,533	0,654	51	41	-10
Amontada	CE	0,506	0,616	86	123	37
Antonina do Norte	CE	0,502	0,613	96	125	29
Apuiarés	CE	0,482	0,622	133	109	-24
Aquiraz	CE	0,537	0,670	46	26	-20
Aracati	CE	0,562	0,672	21	24	3
Aracoiaba	CE	0,488	0,597	123	150	27
Ararendá	CE	0,455	0,626	166	105	-61
Araripe	CE	0,443	0,584	175	165	-10
Aratuba	CE	0,531	0,633	55	87	32
Arneiroz	CE	0,473	0,587	144	163	19
Assaré	CE	0,470	0,577	147	172	25
Aurora	CE	0,502	0,613	98	127	29
Baixio	CE	0,466	0,589	156	162	6
Banabuiú	CE	0,489	0,629	122	99	-23
Barbalha	CE	0,590	0,687	10	14	4
Barreira	CE	0,520	0,619	73	115	42
Barro	CE	0,531	0,658	53	35	-18
Barroquinha	CE	0,403	0,551	184	184	0
Baturité	CE	0,541	0,642	42	65	23
Beberibe	CE	0,526	0,651	62	50	-12
Bela Cruz	CE	0,467	0,595	152	155	3
Boa Viagem	CE	0,494	0,611	112	128	16
Brejo Santo	CE	0,551	0,673	30	23	-7
Camocim	CE	0,484	0,629	131	98	-33
Campos Sales	CE	0,533	0,655	52	39	-13
Canindé	CE	0,517	0,634	77	82	5
Capistrano	CE	0,505	0,631	90	94	4
Caridade	CE	0,487	0,618	125	116	-9
Cariré	CE	0,494	0,622	111	111	0
Caririaçu	CE	0,449	0,591	171	160	-11
Cariús	CE	0,508	0,630	83	95	12
Carnaubal	CE	0,459	0,609	160	130	-30

MUNICÍPIO	UF	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)	Classificação na UF	Classificação na UF	Evolução / Involução
		1991	2000	1991	2000	2000 / 1991
Cascavel	CE	0,545	0,673	37	22	-15
Catarina	CE	0,491	0,580	120	169	49
Catunda	CE	0,466	0,628	155	100	-55
Caucaia	CE	0,607	0,721	6	3	-3
Cedro	CE	0,546	0,634	35	83	48
Chaval	CE	0,460	0,579	157	170	13
Choró	CE	0,425	0,570	179	176	-3
Chorozinho	CE	0,501	0,633	100	86	-14
Coreaú	CE	0,492	0,591	117	161	44
Cratêus	CE	0,561	0,675	22	20	-2
Crato	CE	0,617	0,716	4	5	1
Croatá	CE	0,442	0,557	176	182	6
Cruz	CE	0,501	0,643	99	60	-39
Deputado Irapuan						
Pinheiro	CE	0,478	0,600	141	146	5
Ererê	CE	0,503	0,619	95	114	19
Eusébio	CE	0,578	0,684	13	16	3
Farias Brito	CE	0,479	0,609	138	132	-6
Forquilha	CE	0,518	0,643	76	61	-15
Fortaleza	CE	0,716	0,786	1	1	0
Fortim	CE	0,478	0,633	139	85	-54
Frecheirinha	CE	0,501	0,605	102	140	38
General Sampaio	CE	0,453	0,606	167	138	-29
Graça	CE	0,423	0,593	181	158	-23
Granja	CE	0,436	0,554	177	183	6
Granjeiro	CE	0,444	0,576	173	174	1
Groaíras	CE	0,528	0,653	58	44	-14
Guaiúba	CE	0,553	0,652	26	48	22
Guaraciaba do Norte	CE	0,501	0,629	101	96	-5
Guaramiranga	CE	0,546	0,655	33	40	7
Hidrolândia	CE	0,489	0,638	121	77	-44
Horizonte	CE	0,547	0,679	32	18	-14
Ibaretama	CE	0,460	0,597	158	152	-6
Ibiapina	CE	0,491	0,646	118	56	-62
Ibicuitinga	CE	0,506	0,642	87	62	-25
Icapuí	CE	0,546	0,631	34	93	59
Icó	CE	0,506	0,607	85	135	50
Iguatu	CE	0,591	0,692	9	12	3
Independência	CE	0,520	0,657	72	36	-36
Ipaporanga	CE	0,475	0,609	143	133	-10
Ipaumirim	CE	0,519	0,646	74	55	-19
Ipu	CE	0,530	0,670	56	27	-29
Ipueiras	CE	0,468	0,617	151	121	-30
Iracema	CE	0,512	0,660	81	33	-48
Irauçuba	CE	0,493	0,618	113	117	4

MUNICÍPIO	UF	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)	Classificação na UF	Classificação na UF	Evolução / Involução
		1991	2000	1991	2000	2000 / 1991
Itaiçaba	CE	0,534	0,641	50	69	19
Itaitinga	CE	0,554	0,680	25	17	-8
Itapagé	CE	0,530	0,641	57	66	9
Itapipoca	CE	0,540	0,659	43	34	-9
Itapiúna	CE	0,507	0,633	84	84	0
Itarema	CE	0,492	0,600	116	144	28
Itatira	CE	0,444	0,569	174	177	3
Jaguaratama	CE	0,526	0,645	61	58	-3
Jaguaribara	CE	0,552	0,653	29	45	16
Jaguaribe	CE	0,569	0,672	17	25	8
Jaguaruana	CE	0,543	0,654	40	42	2
Jardim	CE	0,522	0,642	68	64	-4
Jati	CE	0,516	0,652	79	46	-33
Jijoca de Jericoacoara	CE	0,447	0,623	172	107	-65
Juazeiro do Norte	CE	0,595	0,697	8	10	2
Jucás	CE	0,467	0,597	153	151	-2
Lavras da Mangabeira	CE	0,523	0,636	64	79	15
Limoeiro do Norte	CE	0,610	0,711	5	6	1
Madalena	CE	0,493	0,634	114	81	-33
Maracanaú	CE	0,632	0,736	2	2	0
Maranguape	CE	0,578	0,691	14	13	-1
Marco	CE	0,477	0,616	142	124	-18
Martinópolis	CE	0,471	0,583	145	168	23
Massapê	CE	0,486	0,599	128	147	19
Mauriti	CE	0,487	0,646	127	57	-70
Meruoca	CE	0,513	0,638	80	76	-4
Milagres	CE	0,524	0,641	63	68	5
Milhã	CE	0,493	0,632	115	89	-26
Miraíma	CE	0,470	0,584	148	167	19
Missão Velha	CE	0,502	0,631	97	92	-5
Mombaça	CE	0,478	0,604	140	141	1
Monsenhor Tabosa	CE	0,506	0,628	88	101	13
Morada Nova	CE	0,556	0,670	24	28	4
Moraújo	CE	0,497	0,594	108	156	48
Morrinhos	CE	0,481	0,608	135	134	-1
Mucambo	CE	0,501	0,629	104	97	-7
Mulungu	CE	0,551	0,650	31	52	21
Nova Olinda	CE	0,516	0,637	78	78	0
Nova Russas	CE	0,519	0,639	75	73	-2
Novo Oriente	CE	0,494	0,602	110	142	32
Ocara	CE	0,485	0,594	130	157	27
Orós	CE	0,535	0,627	49	103	54
Pacajus	CE	0,566	0,678	18	19	1
Pacatuba	CE	0,622	0,716	3	4	1

MUNICÍPIO	UF	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)	Classificação na UF	Classificação na UF	Evolução / Involução
		1991	2000	1991	2000	2000 / 1991
Pacoti	CE	0,545	0,668	36	30	-6
Pacujá	CE	0,553	0,639	27	74	47
Palhano	CE	0,521	0,649	70	54	-16
Palmácia	CE	0,563	0,650	20	53	33
Paracuru	CE	0,536	0,641	47	67	20
Paraipaba	CE	0,564	0,666	19	31	12
Parambu	CE	0,501	0,613	103	126	23
Paramoti	CE	0,468	0,597	149	153	4
Pedra Branca	CE	0,452	0,605	168	139	-29
Penaforte	CE	0,543	0,687	39	15	-24
Pentecoste	CE	0,500	0,635	105	80	-25
Pereiro	CE	0,504	0,626	91	104	13
Pindoretama	CE	0,540	0,657	44	38	-6
Piquet Carneiro	CE	0,505	0,622	89	110	21
Pires Ferreira	CE	0,468	0,606	150	137	-13
Poranga	CE	0,431	0,597	178	149	-29
Porteiras	CE	0,498	0,644	107	59	-48
Potengi	CE	0,496	0,596	109	154	45
Potiretama	CE	0,503	0,617	93	120	27
Quiterianópolis	CE	0,455	0,625	164	106	-58
Quixadá	CE	0,571	0,673	15	21	6
Quixelândia	CE	0,503	0,561	94	179	85
Quixeramobim	CE	0,558	0,640	23	71	48
Quixeré	CE	0,535	0,652	48	47	-1
Redenção	CE	0,542	0,651	41	49	8
Reriutaba	CE	0,520	0,653	71	43	-28
Russas	CE	0,600	0,698	7	8	1
Saboeiro	CE	0,419	0,561	182	180	-2
Salitre	CE	0,413	0,558	183	181	-2
Santana do Acaraú	CE	0,487	0,619	126	113	-13
Santana do Cariri	CE	0,480	0,609	136	131	-5
Santa Quitéria	CE	0,481	0,642	134	63	-71
São Benedito	CE	0,483	0,618	132	118	-14
São Gonçalo do Amarante	CE	0,522	0,639	65	75	10
São João do Jaguaribe	CE	0,580	0,694	11	11	0
São Luís do Curu	CE	0,544	0,650	38	51	13
Senador Pompeu	CE	0,537	0,618	45	119	74
Senador Sá	CE	0,499	0,601	106	143	37
Sobral	CE	0,580	0,698	12	7	-5
Solonópole	CE	0,527	0,641	59	70	11
Tabuleiro do Norte	CE	0,570	0,698	16	9	-7
Tamboril	CE	0,485	0,621	129	112	-17
Tarrafas	CE	0,424	0,570	180	175	-5

MUNICÍPIO	UF	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)	Classificação na UF	Classificação na UF	Evolução / Involução
		1991	2000	1991	2000	2000 / 1991
Tauá	CE	0,531	0,665	54	32	-22
Tejuçuoca	CE	0,459	0,611	161	129	-32
Tianguá	CE	0,522	0,640	66	72	6
Trairi	CE	0,510	0,632	82	90	8
Tururu	CE	0,487	0,600	124	145	21
Ubajara	CE	0,521	0,657	69	37	-32
Umari	CE	0,457	0,584	162	166	4
Umirim	CE	0,456	0,578	163	171	8
Uruburetama	CE	0,527	0,631	60	91	31
Uruoca	CE	0,455	0,587	165	164	-1
Varjota	CE	0,553	0,668	28	29	1
Várzea Alegre	CE	0,504	0,633	92	88	-4
Viçosa do Ceará	CE	0,449	0,593	170	159	-11

FONTE : ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO.(www.undp.org.br)

TABELA 2
RECEITAS MUNICIPAIS - 1995 A 1999

Município	1995	1996	1997	1998	1999
Abaiara (CE)	967.557	2.661.350	1.494.082	1.541.000	1.682.540
Acarape (CE)	1.265.950	3.057.914	2.989.294	2.603.532	2.562.130
Acaraú (CE)	3.297.071	2.834.011	4.432.406	4.364.210	4.904.652
Acopiara (CE)	3.380.753	2.421.185	3.759.607	4.420.574	4.937.025
Aiuaba (CE)	1.709.347	1.816.501	2.046.547	2.360.650	2.633.657
Alcântaras (CE)	1.000.847	935.410	1.744.963	1.862.889	1.746.967
Altaneira (CE)	881.664	965.602	1.476.715	1.347.152	1.637.162
Alto Santo (CE)	1.549.876	1.805.760	2.253.013	2.316.316	2.465.680
Amontada (CE)	1.998.831	606.418	2.852.486	2.899.543	3.265.072
Antonina do Norte (CE)	949.811	1.108.015	1.458.758	1.400.680	1.554.320
Apuiarés (CE)	1.186.199	832.272	1.654.824	1.680.359	1.923.064
Aquiraz (CE)	4.199.603	5.000.612	6.218.216	6.292.064	6.715.488
Aracati (CE)	4.864.129	4.583.145	4.754.759	6.787.133	7.119.353
Aracoiaba (CE)	2.638.412	2.749.776	3.385.347	3.474.419	3.712.396
Ararendá (CE)	963.237	1.000.957	1.435.567	1.771.606	1.940.282
Araripe (CE)	1.738.968	2.100.267	2.459.143	2.390.768	2.744.037
Aratuba (CE)	1.416.290	1.064.925	2.018.038	1.962.797	2.201.420
Arneiroz (CE)	968.696	1.106.760	1.240.305	1.332.670	1.540.246
Assaré (CE)	2.106.312	1.782.284	2.765.961	2.816.403	2.976.264
Aurora (CE)	2.176.098	2.528.998	2.830.581	2.775.193	3.316.824
Baixio (CE)	936.440	984.041	1.290.590	1.390.006	1.857.497
Banabuiú (CE)	1.685.443	1.786.997	1.896.526	2.221.392	2.465.528
Barbalha (CE)	3.066.441	4.041.848	3.549.306	5.293.238	5.189.663
Barreira (CE)	1.477.342	1.753.532	1.906.215	2.878.593	2.247.073
Barro (CE)	1.697.050	736.233	2.420.994	2.454.609	2.859.912

Município	1995	1996	1997	1998	1999
Barroquinha (CE)	1.486.165	1.420.521	2.026.696	1.973.245	2.159.251
Baturité (CE)	2.527.734	2.904.712	3.217.196	3.267.934	3.658.881
Beberibe (CE)	3.122.495	3.288.191	4.231.985	4.075.498	4.502.389
Bela Cruz (CE)	2.143.000	2.247.668	2.820.615	2.841.907	3.249.744
Boa Viagem (CE)	3.654.995	2.803.561	4.633.334	4.519.174	4.874.145
Brejo Santo (CE)	2.641.626	2.896.203	3.281.304	4.093.821	4.142.407
Camocim (CE)	7.112.437	4.484.799	4.971.171	4.768.588	5.339.656
Campos Sales (CE)	2.363.525	2.691.805	5.613.421	3.279.848	3.985.953
Canindé (CE)	4.294.702	4.155.790	5.099.327	5.090.831	6.064.281
Capistrano (CE)	1.719.922	2.191.653	1.537.887	2.297.612	2.582.653
Caridade (CE)	1.485.627	620.726	2.012.025	2.036.514	2.266.164
Cariré (CE)	1.789.402	1.232.641	2.449.203	2.300.342	2.680.758
Caririaçu (CE)	1.977.737	2.330.862	2.145.175	2.713.991	3.370.878
Cariús (CE)	1.811.165	1.885.246	2.461.286	2.342.275	2.859.678
Carnaubal (CE)	1.522.468	1.309.144	2.048.196	2.019.676	2.338.864
Cascavel (CE)	6.827.619	4.023.593	4.567.671	5.058.599	5.713.461
Catarina (CE)	1.248.856	1.211.381	1.880.044	1.675.166	1.987.026
Catunda (CE)	855.547	722.994	1.264.363	1.427.973	1.657.013
Caucaia (CE)	15.793.448	19.481.832	21.857.679	22.178.435	24.162.061
Cedro (CE)	2.233.130	2.010.402	2.996.094	2.869.403	3.194.657
Chaval (CE)	1.515.768	1.781.607	1.801.695	2.054.018	2.202.783
Choró (CE)	1.244.584	1.417.157	1.722.782	1.669.152	1.938.191
Chorozinho (CE)	1.855.554	1.958.209	2.526.308	2.511.418	2.726.431
Coreaú (CE)	1.336.053	715.678	2.293.393	2.495.071	2.895.060
Crateús (CE)	4.747.988	5.489.939	5.821.802	6.197.049	7.299.598
Crato (CE)	6.502.304	7.132.240	8.603.654	5.850.156	10.343.743
Croatá (CE)	1.525.875	1.181.706	2.133.271	1.977.366	2.276.373
Cruz (CE)	2.138.045	1.850.075	2.674.212	2.835.158	3.086.461

Município	1995	1996	1997	1998	1999
Deputado Irapuan Pinheiro (CE)	1.209.894	1.253.093	1.611.961	1.621.552	1.844.846
Ererê (CE)	942.612	613.666	1.386.355	1.358.786	1.432.360
Eusébio (CE)	4.643.042	8.239.760	8.404.860	7.965.086	9.222.853
Farias Brito (CE)	1.695.861	1.829.440	2.415.807	2.451.010	2.811.118
Forquilha (CE)	1.814.782	1.397.898	2.463.490	2.440.264	2.860.194
Fortaleza (CE)	156.799.828	182.197.685	-	337.646.487	377.020.357
Fortim (CE)	898.032	1.136.073	1.469.754	1.851.251	2.114.829
Frecheirinha (CE)	1.514.689	956.633	2.054.864	2.040.811	2.249.413
General Sampaio (CE)	933.508	1.049.748	1.268.594	1.265.873	1.493.513
Graça (CE)	1.754.602	2.019.206	2.377.324	2.347.885	2.550.970
Granja (CE)	2.128.746	2.360.665	4.028.067	3.973.562	4.561.036
Granjeiro (CE)	934.238	889.588	1.219.927	1.333.822	1.479.776
Groaíras (CE)	993.497	770.865	1.776.948	1.684.922	1.838.614
Guaiúba (CE)	1.833.464	2.192.538	2.244.855	2.340.654	2.584.925
Guaraciaba do Norte (CE)	2.231.233	2.100.526	2.676.077	2.782.837	3.552.840
Guaramiranga (CE)	948.946	1.079.356	1.325.159	1.299.859	1.543.218
Hidrolândia (CE)	1.801.174	2.062.881	2.277.875	2.404.129	2.641.176
Horizonte (CE)	2.225.309	3.423.399	5.069.382	6.316.391	7.430.885
Ibaretama (CE)	1.458.148	1.555.721	1.698.394	2.032.898	2.158.631
Ibiapina (CE)	1.719.756	1.846.622	2.402.059	2.433.312	2.900.214
Ibicuitinga (CE)	1.527.173	2.713.853	1.637.526	1.672.394	1.883.311
Icapuí (CE)	1.904.858	1.815.546	2.701.848	2.655.980	3.444.953
Icó (CE)	4.154.587	3.714.217	4.922.757	6.147.361	6.968.049
Iguatu (CE)	5.431.268	6.035.017	6.380.370	6.948.335	7.998.759
Independência (CE)	2.204.814	2.500.584	2.804.315	2.769.638	2.991.529
Ipaporanga (CE)	1.490.970	1.413.674	2.084.727	2.171.906	2.338.314
Ipauimirim (CE)	1.550.784	1.655.942	2.041.093	2.122.241	2.280.481

Município	1995	1996	1997	1998	1999
Ipu (CE)	2.833.222	3.567.243	3.807.299	3.605.497	3.946.708
Ipueiras (CE)	2.682.597	3.134.577	3.537.641	3.591.242	3.905.640
Iracema (CE)	1.843.427	1.904.861	2.520.830	2.408.051	2.372.014
Irauçuba (CE)	1.793.079	1.870.146	2.295.678	2.411.610	2.661.749
Itaiçaba (CE)	966.396	921.048	1.441.452	1.383.487	1.620.108
Itaitinga (CE)	1.880.857	2.491.814	2.859.685	3.230.785	3.580.282
Itapagé (CE)	2.891.834	3.276.240	4.287.296	4.160.918	4.211.102
Itapipoca (CE)	5.258.156	6.411.929	6.419.852	6.239.146	7.341.862
Itapiúna (CE)	1.763.190	2.046.761	2.351.200	2.424.057	2.615.262
Itarema (CE)	2.167.296	2.543.381	2.838.452	2.918.074	3.409.951
Itatira (CE)	565.004	-	2.316.298	2.161.721	2.386.335
Jaguaretama (CE)	1.212.826	1.248.057	2.452.095	2.478.591	2.482.098
Jaguaribara (CE)	1.229.948	1.433.425	1.836.921	1.834.838	1.958.163
Jaguaribe (CE)	2.757.430	1.176.404	3.774.821	3.611.986	3.944.138
Jaguaruana (CE)	2.326.494	2.436.740	3.466.275	3.594.836	4.074.469
Jardim (CE)	2.106.943	2.450.899	2.324.496	3.179.371	3.753.690
Jati (CE)	1.232.534	1.296.615	1.671.195	1.592.247	1.898.587
Jijoca de Jericoacoara (CE)	957.653	1.264.957	1.336.296	1.520.408	2.092.466
Juazeiro do Norte (CE)	17.402.699	19.409.355	18.279.026	21.600.885	22.996.900
Jucás (CE)	2.052.841	2.098.866	3.024.236	2.847.452	3.143.431
Lavras da Mangabeira (CE)	1.870.694	2.541.890	3.177.241	3.096.572	3.750.186
Limoeiro do Norte (CE)	3.700.698	2.702.879	4.683.439	5.149.104	5.182.560
Madalena (CE)	1.272.542	1.180.456	1.557.302	2.200.189	2.594.005
Maracanaú (CE)	28.634.259	39.921.153	45.227.029	37.649.614	41.710.453
Maranguape (CE)	5.335.868	6.405.324	6.291.190	7.051.181	8.469.342
Marco (CE)	1.926.559	2.252.230	2.603.486	2.678.134	2.902.424
Martinópolis (CE)	970.262	799.216	1.287.099	1.380.007	1.638.481
Massapê (CE)	1.990.401	2.279.532	2.813.004	2.743.188	3.124.340

Município	1995	1996	1997	1998	1999
Mauriti (CE)	2.713.909	2.643.712	6.496.587	3.965.438	4.311.055
Meruoca (CE)	926.422	423.592	1.864.541	1.696.654	2.170.666
Milagres (CE)	2.088.677	2.424.088	2.055.216	2.363.416	3.334.878
Milhã (CE)	1.501.483	1.043.576	2.015.375	2.008.393	2.234.480
Miraíma (CE)	1.220.677	1.119.933	1.733.557	1.653.003	1.926.954
Missão Velha (CE)	2.441.019	2.156.105	3.470.992	3.358.010	3.489.555
Mombaça (CE)	3.403.111	5.503.219	4.305.407	4.200.840	4.538.675
Monsenhor Tabosa (CE)	1.869.286	1.390.478	2.454.236	2.389.625	2.593.164
Morada Nova (CE)	4.026.932	1.765.315	5.889.411	5.799.727	6.751.511
Moraújo (CE)	1.201.876	1.029.521	1.566.138	1.717.699	1.747.054
Morrinhos (CE)	1.539.041	1.461.748	2.036.103	2.029.822	2.326.139
Mucambo (CE)	1.454.952	1.721.627	2.080.421	2.023.709	2.216.271
Mulungu (CE)	1.188.457	1.175.788	1.775.669	1.691.915	1.837.515
Nova Olinda (CE)	1.067.839	1.289.910	1.807.763	1.799.406	2.078.000
Nova Russas (CE)	3.076.352	3.039.587	3.686.122	4.076.267	4.396.464
Novo Oriente (CE)	2.138.780	3.110.066	3.174.195	3.192.333	2.927.769
Ocara (CE)	2.005.259	2.311.688	3.089.098	2.925.689	3.083.349
Orós (CE)	2.141.421	2.276.766	2.892.381	2.877.762	3.079.602
Pacajus (CE)	3.116.806	3.508.892	4.300.660	5.169.361	6.376.527
Pacatuba (CE)	3.233.781	3.865.750	2.771.350	4.243.273	4.593.864
Pacoti (CE)	1.225.062	1.368.838	1.612.680	1.646.944	1.944.364
Pacujá (CE)	955.197	1.098.845	1.353.514	1.429.179	1.562.618
Palhano (CE)	1.222.187	1.430.466	1.777.290	1.751.554	1.883.007
Palmácia (CE)	1.233.374	1.445.881	1.182.020	1.671.358	1.752.347
Paracuru (CE)	2.308.344	2.311.681	3.609.663	4.256.251	4.830.857
Paraipaba (CE)	1.867.152	1.589.093	2.642.897	2.572.529	2.867.171
Parambu (CE)	2.467.070	2.635.203	2.732.238	3.316.227	3.757.122

Município	1995	1996	1997	1998	1999
Paramoti (CE)	1.517.627	1.738.450	1.848.857	2.090.047	2.343.467
Pedra Branca (CE)	2.516.176	3.372.427	3.557.295	3.467.966	3.798.830
Penaforte (CE)	987.357	1.145.653	1.429.597	1.374.657	1.607.137
Pentecoste (CE)	2.705.894	1.595.110	3.529.380	3.455.036	3.639.239
Pereiro (CE)	1.544.808	1.810.975	2.117.355	2.082.248	2.386.850
Pindoretama (CE)	1.591.089	1.693.009	2.204.707	2.258.546	2.433.382
Piquet Carneiro (CE)	1.797.542	2.073.025	2.210.131	2.329.886	2.500.996
Pires Ferreira (CE)	1.217.801	696.322	1.688.572	1.904.200	1.998.426
Poranga (CE)	1.201.979	1.264.970	1.376.935	1.673.904	2.300.296
Porteiras (CE)	1.397.877	1.593.776	1.858.293	2.018.458	2.391.295
Potengi (CE)	1.180.922	978.097	1.671.320	1.671.522	1.880.751
Potiretama (CE)	941.238	2.088.471	1.379.697	1.369.128	1.123.537
Quiterianópolis (CE)	1.619.502	799.006	2.195.484	2.346.695	2.688.535
Quixadá (CE)	4.938.176	5.367.437	6.411.320	6.370.781	7.122.992
Quixelã (CE)	-	-	2.444.604	2.266.346	2.385.300
Quixeramobim (CE)	3.339.517	2.387.288	5.049.937	5.053.943	5.565.597
Quixeré (CE)	1.544.428	1.862.310	2.171.270	2.388.707	2.784.140
Redenção (CE)	3.415.801	2.682.916	2.987.144	3.032.241	3.359.537
Reriutaba (CE)	1.880.243	1.905.561	2.254.188	2.384.907	2.703.003
Russas (CE)	3.665.470	740.603	5.272.413	5.205.382	5.980.168
Saboeiro (CE)	1.565.270	1.367.803	2.418.944	2.351.541	2.603.751
Salitre (CE)	1.267.786	1.327.457	1.582.789	1.591.425	1.905.408
Santa Quitéria (CE)		4.023.130	3.851.839	5.022.911	5.188.262
Santana do Acaraú (CE)	2.168.983	2.445.980	2.815.298	2.843.313	3.187.104
Santana do Cariri (CE)	1.682.375	1.982.914	2.446.894	2.360.870	2.636.333
São Benedito (CE)	2.856.749	3.088.417	3.740.088	3.719.810	4.215.392
São Gonçalo do Amarante (CE)	2.541.354	2.732.071	3.444.448	5.252.218	4.621.065
São João do Jaguaribe (CE)	1.279.598	1.099.770	1.814.978	1.860.054	2.034.462

Município	1995	1996	1997	1998	1999
São Luís do Curu (CE)	1.301.693	983.740	1.751.472	1.717.656	1.960.251
Senador Pompeu (CE)	2.504.426	2.834.281	3.228.209	3.486.896	3.833.159
Senador Sá (CE)	886.414	984.939	1.216.411	1.370.440	1.484.654
Sobral (CE)	9.631.386	9.353.518	15.496.442	16.755.885	28.281.914
Solonópole (CE)	1.865.260	1.913.610	2.143.811	2.359.044	2.638.567
Tabuleiro do Norte (CE)	2.282.150	2.819.544	2.870.506	3.086.115	3.415.411
Tamboril (CE)	2.238.970	2.441.773	3.120.009	3.480.708	3.765.950
Tarrafas (CE)	1.229.307	2.501.378	1.549.555	1.703.930	1.827.809
Tauá (CE)	3.518.131	4.101.533	3.906.437	4.436.899	4.910.441
Tejuçuoca (CE)	1.561.026	1.555.240	1.837.617	2.006.688	2.279.131
Tianguá (CE)	3.442.131	4.298.705	4.407.778	3.384.212	5.358.823
Trairi (CE)	2.369.506	2.171.479	2.749.807	3.915.194	4.172.822
Tururu (CE)	1.233.846	1.439.533	1.690.713	1.620.738	1.778.297
Ubajara (CE)	2.244.263	2.156.558	2.919.250	2.893.070	3.294.765
Umari (CE)	958.591	1.119.724	1.378.138	1.383.461	1.529.026
Umirim (CE)	1.802.586	1.061.477	2.128.718	2.409.738	2.731.052
Uruburetama (CE)	1.885.848	1.134.665	2.384.779	2.011.831	2.702.428
Uruoca (CE)	1.232.578	356.184	1.751.841	1.638.703	1.592.036
Varjota (CE)	1.521.051	1.460.562	1.990.433	2.080.059	2.436.460
Várzea Alegre (CE)	2.474.127	2.863.500	3.406.149	3.854.450	3.688.097
Viçosa do Ceará (CE)	2.629.301	3.245.104	3.971.224	3.925.348	4.444.694

FONTE : TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS - CEARÁ